



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

CARLOS ALBERTO DE JESUS RABELO

CONSTITUCIONALISMO MULTICULTURAL E *CIMARRONAJE*:
ONDE ESTÁ SAN BASILIO DE PALENQUE NA ASSEMBLEIA NACIONAL
COLOMBIANA DE 1991?

Brasília
2024

CARLOS ALBERTO DE JESUS RABELO

CONSTITUCIONALISMO MULTICULTURAL E *CIMARRONAJE*:
ONDE ESTÁ SAN BASILIO DE PALENQUE NA ASSEMBLEIA NACIONAL
COLOMBIANA DE 1991?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito, Estado e Constituição.

Área de concentração: Direito, Estado e Constituição

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues.

Brasília

2024

Título: “Constitucionalismo multicultural e Cimarronaje: onde está San Basilio de Palenque na Assembleia Nacional Colombiana de 1991?”

Autor: Carlos Alberto de Jesus Rabelo
Área de concentração: Direito, Estado e Constituição
Linha de Pesquisa: Constituição e Democracia
Orientador: Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de concentração “Direito, Estado e Constituição”, linha de pesquisa “Constituição e Democracia”, sob a orientação do Professor Dr. Guilherme Scotti Rodrigues (UnB).

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre em direito e aprovada, em sua forma final, no dia xx de maio de 2024, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues
Orientador – Faculdade de Direito/Universidade de Brasília

Prof. Dr. Evandro Charles Piza Duarte
Examinador Interno – Faculdade de Direito/Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Maíra de Deus Brito
Examinadora Externa – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)

Prof. Dr. Pablo Gomes
Examinador Suplente – Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Colombia, aparece como un país fragmentado. Una serie de ejércitos privados, de guerrillas y de grupos paramilitares le disputan al Estado el control territorial. Esta situación no es, sin embargo, novedosa: el Estado colonial no logró nunca imponer su dominio en la totalidad del territorio de lo que hoy constituye Colombia. Durante los tres siglos de ocupación colonial se consolidó una serie de espacios articulados al proyecto de urbanización, a la producción y al comercio metropolitanos [...]. Paralelamente, hubo otro conjunto de zonas que se marginaron de este ordenamiento, debido a razones múltiples, que se presentaron muchas veces de manera simultánea: frentes de resistencia indígena o cimarrona, una extrema dificultad de acceso que las definió en términos de aislamiento, [...] que las hacían poco atractivas para el poblamiento colonial.

Margarita Serge (2011, p. 15)

Palmares foi atacada por frentes militares que portavam armas com poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa das armas da população palmarina. Isso significa dizer que a ciência que operava na construção das armas dos colonizadores era tecnologicamente desenvolvida com o objetivo de extinguir toda e qualquer resistência. E o saber que desenvolveu as armas do povo de Palmares era um saber vital, voltado para a construção de equipamentos de defesa e de perpetuação da vida. Tanto é que o povo de Palmares, quando contra-atacava, não tinha como objetivo aniquilar os colonizadores e sim libertar o seu povo para o fortalecimento e o florescimento da sua organização.

Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 63-64)

R114 Rabelo, Carlos Alberto de Jesus
Constitucionalismo multicultural e Cimarronaje: onde está San Basilio de Palenque na Assembleia Nacional Colombiana de 1991? / Carlos Alberto de Jesus Rabelo. – 2024
57 p.: il. color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues

Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Comunidades Negras. 2. Constitucionalismo. 3. Novo Constitucionalismo Latino-Americano. 4. Memória Cimarrona. 5. Diáspora africana.

AGRADECIMENTOS

A seguir, com a licença dos mais velhos e das mais velhas, dos mais novos e das mais novas, exprimo às seguintes pessoas e instituições menções de pleno agradecimento e apreço por terem constituído dentro de mim cada conceito e cada vírgula desta dissertação, sem os quais não seria possível materializá-la.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa e por representar para muitos pós-graduandos e pós-graduandas possibilidades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPGD/UnB), em especial, seu corpo técnico-administrativo, junto ao meu Orientador Guilherme Scotti, por representarem continuidade.

Às seguintes pessoas com afeto e sentimentos de elevada estima: Lorenza Rezende, Natália Amaral, Leo de Souza, Lilian Gomes, Gabriel de Araújo, Carolina Rezende, Iago Masciel, Julia Rhauany, Graziela Barros, Flávio Souza, Renata Canto, Zane do Nascimento, Luana Klatt, Fábio Sandro, Ana Paula Manrique, Gustavo Marques, Daniel Rodrigues, Ana Victor, Suelene Torres, Géssica Arcanjo, Gabriela Moraes, Victoria Lisboa, Rodrigo Portela, Eduardo Moura, Danilo Rabelo, Adryan Rabelo, Jean Nunes, Luan Almeida e, com apreço, José Avelino Júnior e Luis Claudio Guedes.

A João Vitor Martins, *in memoriam*.

À ínclita Banca, composta pelos Professores Evandro Piza e Maíra Brito, que oportuniza circularidade e fruição deste trabalho.

Por fim, aos meus ancestrais por representarem a base e o *continuum* do meu existir.

RESUMO

O discurso antropológico colombiano data a criação das comunidades negras no intercurso do processo constituinte que resultou na Constituição Política de 1991 na Colômbia. Com o advento do Artigo Transitório (AT) 55, as comunidades negras têm a promessa constitucional da normatização de sua existência como sujeitos constitucionais. No entanto, cabe ponderar tal afirmativa, vez que a historiografia colombiana é uníssona em vindicar a memória cimarrona, ou o fenômeno da *cimarronaje*, como base das lutas de reivindicações de direitos por território, dignidade e sobrevivência, ainda no período colonial experienciado no contexto colombiano. Nesse sentido, esse trabalho insurge com a hipótese de que a memória cimarrona ou o fenômeno da *cimarronaje* é quem possibilita, como sujeito implícito e narrativo, a constitucionalização das comunidades negras, herdeiras das lutas por liberdade vindicadas no período colonial. Assim, por meio de análise documental e de recursos presentes na análise de conteúdo, verificou-se nos documentos presentes na coleção da “*Asamblea Nacional Constituyente - 1991*” e na coleção da “*Hemeroteca Digital Histórica*”, ambas da Biblioteca Virtual do Banco de la República de Colombia, como a memória cimarrona se insere no processo constituinte, sobretudo nos discursos dos constituintes em suas exposições de motivos (*ponencias*).

Palavras-chave: Comunidades Negras; Constitucionalismo; Novo Constitucionalismo Latino-Americano; Memória Cimarrona; Diáspora africana.

ABSTRACT

The Colombian anthropological discourse returns to the creation of black communities during the constituent process that resulted in the Political Constitution of 1991, in Colombia. With the arrival of Transitory Article (AT) 55, black communities have the constitutional promise of normalizing their existence as constitutional subjects. However, it is worth considering this statement, since Colombian historiography unites in vindicating maroon memory, or the phenomenon of *Cimarronaje*, as the basis of the struggles to claim rights for territory, dignity and survival, even in the colonial period lived, in the Colombian context. In this sense, this work raises the hypothesis that maroon memory, or the phenomenon of marronage, is what makes possible, as an implicit and narrative subject, the constitutionalization of black communities, heirs of the struggles for freedom claimed in the colonial period. Thus, through documentary analysis and the resources present in the content analysis, it was verified in the documents present in the collection of the "National Constituent Assembly - 1991" and in the collection of the "Historical Digital Newspaper Archive", both of the Virtual Library of the Bank of the Republic of Colombia, how the maroon memory is inserted in the constituent process, especially in the speeches of the constituents in their presentations.

Keywords: Black Communities; Constitutionalism; New Latin American Constitutionalism; Maroon Memory; African diaspora.

RESUMO

El discurso antropológico colombiano vuelve a la creación de las comunidades negras durante el proceso constituyente que resultó en la Constitución Política de 1991, en Colombia. Con la llegada del Artículo Transitorio (AT) 55, las comunidades negras tienen la promesa constitucional de normatizar su existencia como sujetos constitucionales. Sin embargo, vale la pena considerar esta afirmación, ya que la historiografía colombiana se une en reivindicar la memoria cimarrona, o el fenómeno del Cimarronaje, como base de las luchas por reclamo de derechos por el territorio, la dignidad y la supervivencia, incluso en el período colonial vivido, en el contexto colombiano. En este sentido, este trabajo plantea la hipótesis de que la memoria cimarrona, o el fenómeno del cimarronaje, es lo que posibilita, como sujeto implícito y narrativo, la constitucionalización de las comunidades negras, herederas de las luchas por la libertad reivindicadas en el período colonial. Así, a través del análisis documental y de los recursos presentes en el análisis de contenido, se comprobó en los documentos presentes en el acervo de la “Asamblea Nacional Constituyente - 1991” y en el acervo de la “Hemeroteca Digital Histórica”, ambos de la Biblioteca Virtual de el Banco de la República de Colombia, cómo se inserta la memoria cimarrona en el proceso constituyente, especialmente en los discursos de los constituyentes en sus ponencias.

Palabras clave: Comunidades Negras; Constitucionalismo; Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano; Memoria Cimarrona; Diáspora africana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro demonstrando a variabilidade dos textos *Constitucionais Colombianos*.

Figura 2 - Mapa de localização de *San Basilio de Palenque*.

Figura 3 - Reprodução por *screenshot* da página 1, da Edição nº 114¹, da Gaceta Constitucional, presente na Hemeroteca Digital Histórica.

Figura 4 - Reprodução por *screenshot* da página 2, da Edição nº 114², da Gaceta Constitucional, presente na Hemeroteca Digital Histórica.

Figura 5 - *Propuesta personal sobre reconocimiento a la jurisdicción de los grupos étnicos*.

Figura 6 - Informe de elevação dos territórios indígenas à categoria de *entidades territoriales*.

¹ Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/3743>. Acesso em: 22 abr. 2024.

² Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/3743>. Acesso em Acesso em: 22 abr. 2024.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - *Comisións*

Quadro 2 - *Tema de la Comisión*

Quadro 3 - Localização dos documentos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC - América Latina y Caribe

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

LAC - Latin America and The Caribbean

NCLA - Novo Constitucionalismo Latino-Americano

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
NOTA METODOLÓGICA.....	16
CAPÍTULO I - Considerações quanto ao “Novo” Constitucionalismo Latino-Americano (NCLA) e o contexto colombiano.....	21
<u>I.1. Multiculturalismo e a política de reconhecimento de Charles Taylor.....</u>	<u>24</u>
<u>I.2. O novo constitucionalismo latino-americano.....</u>	<u>30</u>
<u>I.3. O constitucionalismo na Colômbia.....</u>	<u>34</u>
CAPÍTULO II - A Diáspora Africana nas lacunas dos constitucionalismos latino-americanos... 38	
<u>II.1. Memória: instituição e movimento.....</u>	<u>43</u>
<u>II.2. San Basilio de Palenque: cimarronaje como ethos sociopolítico de ancestralidade negra na Colômbia.....</u>	<u>47</u>
CAPÍTULO III - Os afro-colombianos na Assembleia Nacional Constituinte [ANC] de 1991..... 50	
<u>III.1. Da formação do discurso constitucional no giro multicultural colombiano.....</u>	<u>55</u>
<u>III.2. A constituição do corpo noturno dos [novos] constitucionalismos latino-americanos.....</u>	<u>58</u>
<u>III.3. A Ley 70 de 1993 delineando contornos para uma geopolítica amefricana.....</u>	<u>60</u>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

O Novo Constitucionalismo Latino-Americano (NCLA) entra no cenário acadêmico com importantes promessas, visando aprofundar importantes reflexões e proposições quanto à inclusão de sujeitos anteriormente alijados dos processos constituintes latino-americanos. É sabido que suas inovações permitiram que as populações indígenas pudessem lograr reconhecimentos efetivos quanto aos seus direitos coletivos e, também, determinada parcela da população afrodescendente pode se circunscrever junto a essa onda de reconhecimentos multiculturais na sociopolítica latino-americana.

Junto a isso, o presente trabalho, alinha-se a intelectuais negros e negras, colombianos e não colombianos, ao compreender que existe uma subsidiariedade das garantias constitucionais dedicadas às populações afrodescendentes na América Latina e no Caribe (ALC). Aqui colocamo-nos para pensar o caso colombiano, sobretudo no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1991. Buscou-se compreender a materialidade da subsidiariedade dedicada aos afro-colombianos, tendo garantido somente o Artigo Transitório 55 da Constituição de 1991, com a promessa constitucional da normatização das comunidades negras, como sujeitos constitucionais e de direito, tendo garantidas suas propriedades coletivas. A *Ley 70 de 1993* é o resultado de todo esse processo constituinte, tão celebrado no cenário colombiano. Por sua vez, a *Ley 70* é igualmente celebrada pela população afro-colombiana sendo um dos principais marcos de reconhecimento de ação afirmativa no contexto sociopolítico colombiano.

O discurso antropológico colombiano (Restrepo, 2013)³, por sua vez, produz dificuldades semânticas, ao desvencilhar as comunidades negras, recém subsumidas ao texto constitucional como sujeito constitucional, de todo o *corpus* de memória de reivindicações por liberdade e sobrevivência experienciadas no contexto colonial, protagonizadas por escravizados e escravizadas durante o período de colonização (Mbembe, 2017). Nesse sentido, advogamos veementemente que as comunidades negras e a memória cimarrona estejam intimamente interligadas, incluso anteriormente à existência do texto constitucional colombiano de 1991.

³ Restrepo, Eduardo (2013). **Etnización de la negritud**: invención de las comunidades negras en Colombia. Popayan: Universidad del Cauca. disponível em: <https://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/etnizacion-libro-fin.pdf> Acesso em: 23 maio 2024.

É a memória cimarrona⁴, incluída no contexto compartilhado da diáspora africana⁵ na América Latina, que informa e garante às comunidades negras não somente que suas reivindicações sejam reconhecidas na ANC de 1991, mas que dá origem à sua própria existência. E isso é parte da gramática contemporânea dos membros e membras dessas mesmas comunidades negras. Reivindicam-se palenqueiros tal qual Benkos Biohó, expoente e patrono de San Basilio de Palenque.

A dissertação está estruturada em três capítulos, dispostos da seguinte maneira: no capítulo 1, buscou-se alinhar três temas principais afetos ao processo constituinte de 1991 na Colômbia, o primeiro deles é o multiculturalismo. A partir da teoria de reconhecimento de Charles Taylor (2009), buscou-se empreender uma compreensão do que vem a ser o reconhecimento e porque ele é tão relevante para as ditas minorias sociais e demais grupos presentes em sociedades modernas e multiculturais. O segundo consistiu em compreender o paradigma do Novo Constitucionalismo Latino-Americano (NCLA), por que seu marcos de inovações são hoje matérias de intensos debates acadêmicos. Entretanto, é na coexistência dele que finca-se grande parte da crítica postulada aqui, a da subsidiariedade das garantias e dos direitos às populações afrodescendentes na América Latina. Por último, uma breve compreensão de como se deu o constitucionalismo na Colômbia.

⁴ A historiadora María Cristina Navarrete (2001), compreende o processo de fuga pela liberdade, denominando-o de *Cimarronismo*, perpetrado por sujeitos escravizados, durante o começo da colonização do Reino da *Nueva Granada* no século XVI. Compreende tal processo como reação à condição de escravizado, de combate ao sistema de escravização, em ambientes geograficamente inacessíveis, fortificados, com estruturas que permitiram a denominação posterior de *Palenques*. Segundo a mesma historiadora, os cimarrones passaram a roubar e “atemorizar” os cidadãos das cidades vizinhas, fazendas, engenhos, etc., confabulando uma ideia de “rebeldia”, “insurreição”, “posturas radicais” pelo uso da violência como alternativa última de tal empreitada. Navarrete, dialogando com o historiador Hermes Tovar (1992), também nos informa a “contradição” que se instaura diante dessas ações de “fuga” quanto a maioria de escravizados, buscando, por meio das formas jurídicas, a conquista de liberdade estabelecida pelo Estado colonial (Navarrete, 2001, p. 98). Tais formas jurídicas eram postas, sobretudo, em processo de “validação” pelo Estado e pelas possíveis circunstâncias de infração legal cometida pelos senhores escravistas. O rol é composto por cinco formas jurídicas de assunção da liberdade: a primeira era a denúncia que o escravizado teria que oferecer junto as autoridades competentes da infração do seu senhor quanto as leis que protegiam os escravizados; a segunda, em diálogo com a primeira, permite compreender que a denúncia gerava a “possibilidade” do escravizado exercer o seu “direito”, segundo os referidos autores, de “trocar” de senhor em vista do relatado em sua denúncia; a terceira entendida, enquanto manumissão, em que o sujeito escravizado adquiria, por meio do pagamento de uma determinada quantia, em moeda corrente, a sua liberdade; a quarta consistia na espontaneidade da concessão da liberdade pelo senhor escravista; e a quinta consistia na mais “radical”, dado que era promovida pela via “ilegal”, a qual promovia atrasos econômicos para os senhores escravocratas e para a sociedade como um todo e criava comunidades “quase” independentes pela via “clandestina”. [Navarrete \(2001\)](#).

⁵ Diáspora africana ou diáspora negra pode ser compreendida a partir do processo de imigração rumo às Américas, ao Oriente Médio e à Europa, por decorrência de variados destinos, especialmente transatlânticos, pelo ostensivo tráfico de escravos, que constitui, na lição de Franklin W. Knight, como “um dos marcos dominantes da História da África e do mundo” (Knight, 2010, p. 875). Verificada em contextos históricos variados, nos valem da amplitude observada para a história das Américas, uma vez que “a contribuição dos africanos-americanos é fundamental para o desenvolvimento e existência das sociedades do Novo Mundo” (Knight, 2010, p. 877).

O segundo capítulo da pesquisa buscou compreender as lacunas dos constitucionalismos latino-americanos, quanto ao histórico da diáspora africana. Nesse sentido, buscou-se constituir a crítica dedicada ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano (NCLA) por meio de diversos intelectuais, demonstrando que a subsidiariedade dedicada às populações afrodescendentes não se limita ao contexto colombiano, nem somente ao contexto brasileiro, mas é perceptível que abrange, “coincidentemente”, todo o cenário sociopolítico latino-americano. Depois, retorna-se para o contexto colombiano e constrói-se o corpus da memória cimarrona e o histórico de reivindicações de lutas por direito e sobrevivência experienciados desde o contexto colonial. Por último, traz-se San Basilio de Palenque a cena. Postula-se que San Basilio de Palenque, apesar de seu reconhecimento tardio como patrimônio imaterial da humanidade, posterior ainda ao processo constituinte de 1991, somente em 2005, constitui-se como materialidade da memória cimarrona, e, ou melhor dizendo, é a constituição primeira do fenômeno da *cimarronaje* no contexto colombiano (Helg, 2018).

O terceiro, e último capítulo, da pesquisa consistiu em descrever a materialidade da relação existente ou não entre o processo constituinte de 1991 e as populações afro-colombianas. Para esse intuito, buscou-se descrever os documentos e arquivos que informam possibilidades da presença de se suscitar a memória cimarrona ou das reivindicações das populações afro-colombianas desde o período colonial. Posteriormente, a segunda seção constituiu-se no núcleo da crítica postulada aqui, ao estabelecer que o Novo Constitucionalismo Latino-Americano mantém como seu corpo noturno (Mbembe, 2018) todo corpus memorial da diáspora africana, ao mantê-la subsidiária nas trincheiras constitucionais contemporâneas. E, por fim, em franco diálogo com Margarita Serge (2011) postulamos que a *Ley 70* de 1993, resultado do Artigo Transitório 55 da Constituição de 1991, configura a atualização das lutas reivindicatórias por território, dignidade e sobrevivência como geopolítica das possibilidades de comunidades negras na sociopolítica colombiana.

NOTA METODOLÓGICA

A pandemia da Covid-19 alterou consideravelmente as dinâmicas sociais durante e mesmo após a sua vigência, isolamento social, fechamento massivo de comércios locais, fechamento das vias aéreas e terrestres, e a imposição de sanções em sede de desobediência social são alguns dos exemplos experienciados. Deflagrada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, como surto do novo coronavírus, após o

informe de diversos casos da nova cepa de coronavírus, sendo verificada pela primeira vez em humanos, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China (OPAS, 2024)⁶. Dinâmicas que impuseram aos cientistas e a toda comunidade acadêmico-científica, obstáculos e novos desafios para o exercício e avanço, cruciais, da própria ciência. Ademais da mitologia do negacionismo científico, fomentado pela pandemia ora experienciada pela humanidade, os desafios enfrentados por pesquisadores e acadêmicos impuseram a necessidade de criatividade e inventividade, principalmente no campo metodológico, ao que concerne no fazer científico.

Nesse sentido, o acesso à informação pela internet, por redes sociais, por radiodifusores, pela mídia de modo geral, toma protagonismo em meio a tantas “incertezas” que o novo vírus impunha tão draconianamente a todos. O vírus assume protagonismo diante da fragilidade social e política humanas. Fragilidade exacerbada diante do advento das *fake news*, recurso largamente usado por partidários de pânicos escatológicos e de vontades bem delimitadas com interesses políticos bem definidos.

Junto a esse quadro, a comunidade científica, minuciosamente atacada nos discursos falseados pelas *fakes news*, não se abateu diante dos desafios enfrentados. Há que se discorrer sobre o paradigma do negacionismo científico, ou a “Era das Trevas” contemporânea, uma vez que se observa a fragilidade do alcance do discurso científico diante do discurso espiritual-religioso, difundido no período citado⁷.

Com esse pano de fundo nada animador, novas metodologias foram pensadas e muitas readaptadas, considerando o cenário pandêmico instaurado. É com esse advento que o acesso à informação, por meio dos recursos já disponíveis, a exemplo da internet, assumem protagonismo e passam a ser considerados pela comunidade científica, sem se desprender dos princípios científicos vindicados pela ética científica. Os recursos disponíveis no contexto *online* passam a figurar na sociabilidade humana. É eles quem ditam os acessos e os desacessos nas sociedades humanas desiguais. A nova divisão do trabalho imposta nesse contexto tem muito a informar quanto às reconfigurações que as desigualdades sociais e políticas auferem no contexto de distanciamento social e rígidas políticas sanitárias.

⁶ “Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> . Acesso em: 18 maio 2024.

⁷ [Guerreiro e Almeida \(2021\)](#)

É nesse panorama que a figura dos acervos digitais *online* ganha relevância para a presente pesquisa, como também para outros campos científicos, a exemplo da comunicação. Pedro Miranda e Talita Magnolo (2022)⁸, assertivamente argumentam que os acervos e os repositórios *online* constituem “lugares de memória” (Nora, 1984; *apud* Miranda; Magnolo, 2022) para as pesquisas documentais “possibilitando, portanto, uma produção científica que esteja atenta e valoriza os acervos e sua potencialidade e que contribui para o avanço da historiografia da mídia no Brasil” (Miranda; Magnolo, 2022, p. 63).

Nesse contexto é que verificamos a existência da Hemeroteca Digital Histórica da Biblioteca Virtual do *Banco de la República de Colombia*⁹. Na coleção da Hemeroteca Digital Histórica, existe uma seção de arquivos pertencentes a “*La Gaceta Constitucional*”¹⁰, importante diário publicado durante os dias de realização da ANC de 1991, visando trazer informes quanto aos atos, projetos e demais decisões correlatos a assembleia nacional em

⁸ [Miranda e Magnolo \(2022\)](#)

⁹ “*La Hemeroteca Digital Histórica de la Biblioteca Virtual del Banco de la República brinda acceso a publicaciones colombianas y extranjeras, editadas entre el final del siglo XVIII y la primera mitad del siglo XX. Sus orígenes se encuentran en la Hemeroteca Luis López de Mesa de la Biblioteca Luis Ángel Arango, fundada el 18 de enero de 1979 con el objetivo de "reunir, clasificar y ofrecer a la consulta el inmenso caudal de hojas periódicas que han aparecido y que se seguirán produciendo en los años por venir" en el país, según Rafael Gama Quijano, gerente general del Banco de la República para entonces. Desde la década de 1940, el Banco optó por conformar un repositorio a partir de colecciones privadas, entre las que inicialmente se destacó la del intelectual antioqueño Laureano García Ortiz. Desde entonces, y hasta la actualidad (2022), la preservación y el acceso al patrimonio documental han sido principios rectores de los planes de trabajo de la Hemeroteca. Desde la década de 1990, por ejemplo, se han adelantado iniciativas para la microfilmación y la digitalización de las publicaciones que conserva la Biblioteca. Entre 2013 y 2022, la Hemeroteca Digital se ha constituido como un espacio de divulgación e investigación histórica interesado en el análisis de las publicaciones periódicas según el contexto histórico y editorial en que se produjeron. Por tal motivo, los registros de los títulos que la componen dan cuenta de asuntos como: la tendencia política de la publicación; las publicaciones que se relacionan en el contenido de un título; la forma de distribución y suscripción de los periódicos y revistas; y la identificación de los editores, directores y colaboradores de los títulos analizados. Gracias a este modelo de trabajo, se ha podido establecer que la Hemeroteca posee una gran riqueza documental, derivada de piezas únicas y de grupos de publicaciones de diferentes ciudades (entre las que se encuentran: Barranquilla, Cali, Honda, Ibagué, Popayán, Tunja, etc.), que, además, versan sobre acontecimientos políticos, económicos y culturales específicos como el proceso de Independencia nacional; la división interna del partido liberal entre radicales e independientes, que se originaría en 1876; la explotación de las Minas de Muzo a principios del siglo XX; la Guerra de los Mil Días; la Separación de Panamá; y las elecciones presidenciales de 1918, entre otros*”. Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26> Acesso em: 23 maio 2024.

¹⁰ “*La Gaceta Constitucional*”, fue una publicación periódica que sirvió como órgano divulgativo oficial de la Asamblea Nacional Constituyente. Su primer número salió al público el 5 de febrero de 1991 bajo el nombre de ‘Diario de la Asamblea Nacional Constituyente’, sin embargo, a partir del número 3 cambia su nombre a ‘Gaceta Constitucional’. En sus páginas se publicaron 64 actas de sesiones plenarias, 152 proyectos de ley, 152 ponencias, 112 actas de comisiones, 580 constancias, 76 intervenciones políticas, tres codificaciones de la constitución, el reglamento de la Asamblea, los perfiles profesionales de sus miembros y demás noticias referentes a la Constituyente. El domingo 7 de julio de 1991, la “Gaceta Constitucional” en su número 114, promulgó por primera vez la nueva Constitución Política de la República de Colombia, firmada y aprobada solo tres días antes, el 4 de julio de 1991. “La Gaceta” finalizó con 144 números que se distribuyeron hasta el 31 de diciembre de 1991. En su redacción participaron Edgar Moncayo como director, Jacobo Pérez Escobar como secretario general, Fernando Galvis Gaitán como relator de la Asamblea, Marleny Hernández, Gilberto Martín y Alvaro León Cajiao como periodista”. Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/3850/> Acesso em: 23 maio 2024.

voga. O acervo presente na Biblioteca Virtual do Banco da República da Colômbia também abarca diversas coleções presentes em seu vasto acervo. Dentre estas, existe a coleção dedicada ao registro de arquivos e documentos pertencentes a *Asamblea Nacional Constituyente de 1991*¹¹, importante marco para a instauração do Estado de Direito colombiano e para a sociedade colombiana, nesse sentido, mais a frente, delimitaremos como essas duas coleções foram exploradas e abarcadas pela presente pesquisa.

As coleções citadas acima são ricas em documentos e arquivos digitalizados, disponíveis a todo o público colombiano e estrangeiros que buscam informar-se quanto aos importantes marcos e eventos históricos registrados e documentados no contexto colombiano. Por seu amplo e democrático acesso, as coleções aqui exploradas contribuíram robustamente para a compreensão de como na Assembleia Nacional colombiana de 1991, o Estado de Direito surgiu e a participação popular pode ser tão celebrada pelos colombianos.

Nesse sentido, conforme se verificará, documentos natos ou tornados digitais permitem uma maior possibilidade de acesso às fontes informacionais, mais especificamente

¹¹ *La Biblioteca Luis Ángel Arango alberga una copia del archivo de la Asamblea Nacional Constituyente de 1991, cuyos originales se encuentran en el Archivo General de la Nación. El archivo cuenta con documentos impresos, en audio y en video. El material impreso tiene todos los proyectos de reforma presentados por los constituyentes, el gobierno, el congreso, la corte suprema y el consejo de estado. En total se radicaron 131 proyectos, se podían presentar de manera individual o en grupos y venían acompañados de una exposición de motivos, una contextualización histórica del tema que se propone, una justificación de su importancia y un articulado concreto para su inclusión en la Constitución. La presidencia de la Asamblea Nacional Constituyente se encargó de repartirlos a la comisión que correspondiera, dependiendo del tema que abordara. Si un proyecto abarcaba temas de diferentes comisiones, se enviaba una copia a cada una para su discusión. Adicionalmente, están las ponencias presentadas por los constituyentes en las comisiones y en la plenaria durante la Asamblea Nacional. Después de recibir los proyectos, cada comisión los distribuyó entre sus integrantes, quienes estaban encargados de redactar una ponencia. Estas ponencias recogían las discusiones en las comisiones y se presentaban ante la plenaria para la votación de la reforma. Por otra parte, se cuenta con la transcripción de todos los debates que se realizaron en la Asamblea Nacional Constituyente, tanto en las comisiones como en la plenaria. Estas transcripciones están organizadas por los días y el lugar donde se realizaron. También se han recopilado las transcripciones correspondientes los distintos artículos de la Constitución, para cada artículo existe una publicación específica que recoge todos los debates que sobre su contenido se dieron en las comisiones y en la Plenaria. El archivo también tiene las propuestas del pueblo, que fueron el resultado de mesas de trabajo en todo el país en las que ciudadanos y organizaciones debatieron y formularon propuestas a la Asamblea. Con la consigna de Manos a la obra, estas mesas de trabajo se instalaron en las ciudades y cabeceras de cada municipio, en universidades y en el centro de cualquier movimiento social o cabildo entre el 16 de septiembre y el 3 de diciembre de 1990. Una vez elaboradas las propuestas se enviaban a las gobernaciones, a la secretaría de integración de la presidencia o a la división de asuntos indígenas, que eran las entidades encargadas de sistematizarlas para enviarlas al coordinador de las mesas de trabajo. En total hay aproximadamente 110.000 propuestas provenientes de más de 1.579 mesas de trabajo de todo el país. Por último, entre los documentos impresos del archivo de la Asamblea Nacional Constituyente está la Gaceta Constitucional, que fue el medio de divulgación de la Constituyente durante los 5 meses que trabajaron en el centro de convenciones Gonzalo Jiménez de Quesada. La biblioteca digitalizó los 144 números de la gaceta para su consulta que se publicaron entre el 4 de febrero y el 31 de diciembre de 1991. Los documentos en audio y en video corresponden a las grabaciones de las sesiones plenarias y de las comisiones durante los 5 meses que trabajaron. Hay más de 1000 casetes de audio y más de 700 casetes de video en formatos de Hi-8 y beta que están organizados por comisión y por el día de la grabación. Todo el archivo físico de la Asamblea Nacional Constituyente se puede consultar en la Biblioteca Luis Ángel Arango". Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/search> Acesso em: 23 maio 2024.*

aos registros históricos, para a pesquisa, seja no acesso, recuperação e uso desses para produção de conhecimento (Brasil; Nascimento, 2020)¹².

O caminho metodológico adotado na presente pesquisa foram os alicerces da Análise documental e, para melhor assertividade, algumas delimitações apresentadas pela Análise de conteúdo. A análise documental (Cellard, 2008) é a base constitutiva das hipóteses e inferências salientadas desde o seu corpus. Entretanto, a categorização e a pré-análise coube aos alicerces e as delimitações da Análise de conteúdo (Bardin, 1977). Assim, nessa “hibridização” metodológica, buscamos compreender os discursos e as enunciações apresentadas pelos documentos e arquivos presentes nas coleções da “*La gaceta constitucional*” e na da “*Asamblea Nacional Constituyente - 1991*”.

¹² [Brasil; Nascimento \(2020\)](#)

**CAPÍTULO I - Considerações quanto ao “Novo” Constitucionalismo Latino-Americano
(NCLA) e o contexto colombiano**

O petróleo continua sendo o principal combustível de nosso tempo, e os norte-americanos importam a sétima parte do petróleo que consomem. Para matar vietnamitas, precisam de balas, e as balas precisam de cobre: os Estados Unidos compram além de suas fronteiras uma quinta parte do cobre que gastam. A falta de zinco é cada vez mais preocupante: a metade vem do exterior. Não se fabricam aviões sem alumínio, e não se fabrica o alumínio sem a bauxita: os Estados Unidos quase não tem bauxita. Seus grandes centros siderúrgicos - Pittsburgh, Cleveland, Detroit - não encontram ferro suficiente nas jazidas de Minnesota, que estão em vias de se extinguir, e o manganês não há no território nacional: a economia norte-americana importa um terço do ferro e todo o manganês que necessita. Para produzir motores de retropropulsão, não contam com níquel nem com cromo em seu subsolo. Para fabricar aços, requer-se o tungstênio: importam a quarta parte¹³.

(Eduardo Galeano)

O subcontinente conhecido como América Latina, ou *Latinoamérica*, e mais precisamente sua atual nomenclatura usada pelas organizações internacionais, a exemplo da ONU, Latin America and The Caribbean (LAC), e sua variação na língua espanhola, América Latina y Caribe (ALC), é constituído geograficamente por 33 países¹⁴, abrangendo toda a área central e sul, do continente americano, tendo como fronteira o México, país pertencente à América do Norte, mas que histórica, social e geopoliticamente encontra-se vinculado aos países e demais territórios sulados à América do Norte (Estados Unidos e Canadá). Nesse sentido, há uma narrativa estanque de marginalização que engessa os sentidos de tão complexa região, não por acaso, herdeira de longos períodos coloniais, engendrados, que perfilam séculos de construção e instituição de subdesenvolvimento, histórico de violências político-sociais e quadros de exclusão e desigualdade sociais.

Entretanto, por aqui, trilhamos outras miradas de entendimentos, sem nos desprendermos, é claro, de tais narrativas, perfilando complexificação que nos permita dimensionar agentes, sujeitos e contextos históricos, políticos e sociais, permitindo produzir e (re-)introduzir outras narrativas de insurreições, (micro-)revoluções e paradigmas *amefricanizados*.

¹³ [Galeano \(2023\)](#)

¹⁴ [Centro de dados e informações sobre países do PNUD](#)

Diante das narrativas petrificadas largamente difundidas e, por vezes, incorporadas nos diversos discursos e projetos políticos de estados-nações latino-americanos, existe um binarismo de conformação em que: o elemento (1) europeu-colonizador (externo), assume posição contraditória de agente violador, mas, também, conjuntamente de agente propulsor de transformações e mudanças cruciais no cenário histórico-social da região; e o elemento (2) multifacetado em sujeitos colonizados, sendo estes compreendidos como os (a) nativos (os que aqui já habitavam) e os (b) escravizados (também externos), compondo um binarismo conformista que lançará luzes eternas sobre as miríades de relações político-sociais dentro da *Latinoamérica*, incluso, e, principalmente, nos dias atuais.

Busca-se, neste capítulo, reconstituir as principais narrativas envoltas nesse binarismo conformista, dialogando com importantes chaves de compreensão e interpretação presentes nas literaturas das ciências sociais, como exemplo a chave decolonial e a pós-colonial, nesta última buscando alicerces de compreensão global, e não somente, também, na teoria crítica da raça, teoria multidisciplinar com forte influência de concepções jurídicas e das ciências sociais aplicadas.

Constituindo-se o quadro anterior, adentraremos no cenário político constitucional, visando mapear e contribuir para a interpretação, que vem sendo protagonizada por muitos juristas e intelectuais negros e negras, no momento que esses buscam tensionar e (re-) compor o mosaico do que se compreende como teoria constitucional. Objetiva-se estabelecer um panorama das relações econômicas e geográficas em que sujeitos étnico-raciais, sobretudo os de origem africana, encontram-se sociopoliticamente relacionados. Suas reivindicações, construções políticas e coletivas ganham relevo em compreensões e interpretações, em distintas temporalidades, nas correntes de muitos intelectuais, negros ou não, porém os silenciamentos, as ordas de apagamentos históricos e a construção de narrativas castradoras das ações de sujeitos e sujeitas negras permanecem, reproduzindo e reconstituindo, assim, outras dificuldades e violências.

Neste capítulo, busca-se estabelecer o cenário político e jurídico que relaciona-se, anteriormente e posteriormente, à criação do sujeito constitucional compreendido como “Comunidades Negras”. O discurso antropológico produz uma semântica de apagamento da historicidade desse sujeito, sem se dar conta, indireta ou diretamente, pensando o contexto colombiano, que a memória cimarrona é a principiologia entre a existência dos afro-colombianos e a sua luta por território e garantias constitucionais no esteio do Estado de Direito que se instaura em 1991, na Colômbia.

A seguir, trilha-se os caminhos do colonialismo, sobretudo no que tange ao contexto colombiano, adensando uma visualização no cenário latino-americano. Também, busca-se um diálogo profícuo entre a proposta decolonial e o que se entende como o “Novo Constitucionalismo Latino-Americano” (NCLA), paradigma que ganha relevância nos estudos constitucionalistas, pós 1990.

I.1. Multiculturalismo e a política de reconhecimento de Charles Taylor.

Will Kymlicka (1996), como importante expoente dos estudos políticos relacionados ao fenômeno do multiculturalismo, constrói um rico panorama quanto à existência da multiculturalidade, e suas variações terminológicas, nas chamadas complexas sociedades modernas. Afirma que *“decir que las sociedades modernas son crecientemente multiculturales es casi una trivialidad”* (Kymlicka, 1996, p. 19). Nesse sentido, inicialmente, ele relaciona temporalmente os estudos das reivindicações políticas, econômicas e sociais dos grupos étnicos, das minorias étnicas, até mesmo dos grupos étnicoreligiosos, após a Segunda Guerra Mundial. Para ele, as correntes liberais mantêm um entendimento de que os direitos humanos devem ser encarados como proteção à noção de indivíduo e que a existência de grupos minoritários não deve ameaçar ou sobrepor ao sentido de igualdade universal estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, fica evidente que na leitura de Kymlicka (1996) existe, inicialmente, uma tensão entre as reivindicações de direitos étnicos, grupos étnicos e religiosos, e o que se tem, naquele momento, como os sentidos dos Direitos Humanos, com principiologia individual “puxada” por correntes liberais, sobretudo do Ocidente, que vão reverberar nos demais contextos das sociedades colonizadas.

A importância do estudo de Kymlicka (1996) reside na compreensão histórica que ele constrói e disputa quanto a relevância do liberalismo na temática da inclusão das “minorias”, conceito usado por ele em muitos momentos em seu trabalho, e em outros, grupos étnicos, e da cidadania diferenciada em função do grupo (Kymlicka, 1996, p. 57) como aporte a todos eles. Para Kymlicka (1996), os estudos das minorias devem ser conduzidos a partir do conceito de inclusão, principalmente em sua análise. Os grupos étnicos, as minorias, os grupos étnicoreligiosos, nada mais são que incluídos nas comunidades políticas, ao passo que ele explicita que essa inclusão ocorre por variadas motivações e relações, sobretudo porque

existen diversas formas mediante las cuales las minorías se incorporan a las comunidades políticas desde la conquista y la colonización de sociedades que anteriormente gozaban de autogobierno hasta la inmigración voluntaria de

individuos y familias. Estas diferencias en la forma de incorporación afectan a la naturaleza de los grupos minoritarios y el tipo de relaciones que éstos desean con la sociedad de la que forman parte.

(Kymlicka, 1996, p. 25)

O conceito chave de análise de Kymlicka é o de integração. Sua teoria de cidadania multicultural busca empreender compreensões que permitam visualizar o liberalismo como afeto às reivindicações das minorias e grupos étnicos presentes na sociopolítica das sociedades modernas. Tanto que sua defesa pelos ideais liberais é abruptamente direta, conforme o trecho abaixo:

El compromiso básico de una democracia liberal es la libertad y la igualdad de sus ciudadanos individuales. Esto se refleja en los derechos constitucionales, que garantizan los derechos civiles y políticos básicos a todos los individuos, independientemente de su pertenencia de grupo. De hecho, la democracia liberal surgió en parte como reacción contra la forma en que el feudalismo definía los derechos políticos y las oportunidades económicas de los individuos en función del grupo al que pertenecían.

(Kymlicka, 2011, p. 57)

Sua análise consiste em “corrigir” visões distorcidas da tradição liberal quanto ao reconhecimento político, o respaldo a etnicidade e nacionalidade, defendendo que tais reivindicações fazem parte da tradição liberal consolidada:

En el proceso espero corregir algunos errores comunes acerca de la tradición liberal. Una creencia ampliamente compartida es que los liberales siempre se han opuesto al reconocimiento político y al respaldo de la etnicidad y la nacionalidad, y que las reivindicaciones en favor de derechos diferenciados en función del grupo para grupos culturales son una reciente desviación iliberal de una práctica liberal largamente establecida. Simplemente, esto no es cierto. Los derechos de las minorías fueron una parte importante de la teoría y la práctica liberal en el siglo XIX y entre las guerras mundiales. Si acaso, lo que es una reciente adquisición de la tradición liberal es la idea de «omisión bienintencionada», cuyo auge puede remontarse a una serie de factores contingentes, entre los que se cuentan la denigración etnocéntrica de las culturas no europeas, los temores por la paz y la seguridad internacional y la influencia de las decisiones de segregación racial en los Estados Unidos. Estos factores ejercieron un efecto profundo, y a menudo distorsionador, sobre el pensamiento liberal. Las cuestiones y los argumentos que eran relevantes en un conjunto de circunstancias se han generalizado erróneamente a otros casos en los que no resultan aplicables. Una vez sorteadas estas confusiones, debería quedar claro que los derechos de las minorías son un componente legítimo de la tradición liberal.

(Kymlicka, 1996, p. 77-78)

Mas é com Charles Taylor (2009) que buscamos constituir uma visão de multiculturalismo que permita compreender o sentido de reconhecimento, conceito amplamente conhecido na gramática da inclusão das populações negras e indígenas, nos

marcos constitucionais latino-americanos. Taylor (2009) inicia sua teoria de reconhecimento realizando uma reflexão acerca da relação existente entre identidade e reconhecimento. Ele, inicialmente, defende que a identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou pela falta dele. E, também, apresenta seu contraponto, o falso reconhecimento, que pode causar danos irreversíveis ao indivíduo ou a grupos de pessoas.

La tesis es que nuestra identidad se moldea en parte por el reconocimiento o por la falta de éste; a menudo, también, por el falso reconocimiento de otros, y así, un individuo o un grupo de personas puede sufrir un verdadero daño, una auténtica deformación si la gente o la sociedad que lo rodean le muestran, como reflejo, un cuadro limitativo, o degradante o despreciable de sí mismo. El falso reconocimiento o la falta de reconocimiento pueden causar daño, pueden ser una forma de opresión que subyugue a alguien en un modo de ser falso, deformado y reducido.

(Taylor, 2009, p. 53-54)

Realizando um passo reflexivo, Taylor (2009) retoma o conceito de “honra”, considerado importante para as sociedades hierarquizadas (feudalismo). Isso delimita o quadro de desigualdades e as justificava, “*para que algunos tuvieran honor, en este sentido, era esencial que no todos lo tuvieran*” (Taylor, 2009, p. 55). O contraponto ao conceito de honra, consiste no conceito moderno de dignidade que é empregado em sentido universalista e igualitário, vinculado à máxima da “dignidade dos seres humanos” e ou da dignidade do cidadão, tendo como premissa o compartilhamento por todos os membros da sociedade.

Es obvio que este concepto de la dignidad es el único compatible con una sociedad democrática, y que era inevitable que el antiguo concepto del honor cayera en desuso. Pero esto también significa que las formas del reconocimiento igualitario han sido esenciales para la cultura democrática. La democracia desembocó en una política de reconocimiento igualitario, que adoptó varias formas con el paso de los años y que ahora retorna en la forma de exigencia de igualdad de status para las culturas y para los sexos.

(Taylor, 2009, p. 56).

Mas a importância do reconhecimento ganha contornos distintos, modificando-se intensamente a partir de uma nova interpretação da identidade individual, aos fins do século XVIII. Nesse sentido, “*podemos hablar de una identidad individualizada, que es particularmente mía, y que yo descubro en mí mismo*” (TAYLOR, 2009, p. 57). Taylor (2009) tributa este câmbio a Jean-Jacques Rousseau, principalmente por sua noção de moral:

Rousseau presenta, con frecuencia, la cuestión de la moral como la atención que le prestamos a una voz de la naturaleza que hay dentro de nosotros. A menudo, esta voz es ahogada por las pasiones que induce nuestra dependencia de los demás, siendo la principal el amour propre u orgullo. Nuestra salvación moral dependerá de la recuperación de un auténtico contacto moral con nosotros mismos. Rousseau incluso llega a darle nombre a este contacto íntimo consigo

mismo, más fundamental que ninguna opinión moral, y que es fuente de tanta alegría y contento: *le sentiment de l'existence*.

(Taylor, 2009, p. 58-59).

A partir do trecho acima, Taylor (2009) insere outro conceito chave para sua teoria do reconhecimento, a autenticidade, que ganha contornos mais precisos após o próprio Rousseau, relacionando a Herder, conforme o trecho abaixo:

El ideal de autenticidad adquiere una importancia crucial debido a un avance que tuvo lugar después de Rousseau, y que yo relaciono con el nombre de Herder: una vez más, se trata de su principal articulador, y no de su autor original. Herder planteó la idea de que cada uno de nosotros tiene un modo original de ser humano: cada persona tiene su propia "medida". Esta idea penetró hasta lo más recóndito de la conciencia moderna. Es una idea nueva. Antes de terminar el siglo XVIII, nadie pensaba que las diferencias entre los seres humanos tuviesen este tipo de significación moral. Hay cierto modo de ser humano que es mi modo. He sido llamado a vivir mi vida de esta manera, y no para imitar la vida de otra persona. Pero esta idea atribuye una importancia nueva a la fidelidad que me debo a mí mismo. Si no me soy fiel, estoy desviándome de mi vida, estoy perdiendo de vista lo que es para mí el ser humano.

(Taylor, 2009, p. 60).

Taylor (2009) explicita que ser fiel a mim mesmo significa ser fiel à minha própria originalidade, compreendendo, assim, que é algo articulado e descoberto somente por mim. Também, quando articulo-a, estou defendendo a mim mesmo, pois realizo uma potencialidade que é de minha propriedade. Para Taylor (2009) é esse o sentido moderno ideal de autenticidade, e dos objetivos de autorrealização e autoplenitude que o mesmo ideal busca alcançar.

Debo hacer aquí la observación de que Herder aplicó su concepción de la originalidad en dos niveles, no sólo a la persona individual entre otras personas, sino también a los pueblos que transmiten su cultura entre otros pueblos. Y lo mismo que las personas, un Volk debe ser fiel a sí mismo, es decir, a su propia cultura. Los alemanes no deben tratar de ser franceses derivativos e (inevitavelmente) de segunda clase, como el patrocinio de Federico el Grande parecía alentarlos a ser. Los pueblos eslavos deben encontrar su propio camino. Y el colonialismo europeo debe extinguirse para dar a los pueblos de lo que hoy llamamos el Tercer Mundo su oportunidad de ser ellos mismos, sin obstáculos. Podemos reconocer aquí la idea seminal del nacionalismo moderno, tanto en su forma benigna como en su forma maligna.

(Taylor, 2009, p. 61).

Esse ideal de autenticidade e, mesmo o de dignidade, são derivados da decadência das sociedades hierarquizadas, salienta Taylor (2009). Pois nas sociedades anteriores o que hoje chamamos de identidade dependia, em grande medida, da própria posição social do cidadão. Mais precisamente a ideia de reconhecimento estava interligada ao que as pessoas reconheciam como importante para elas, e isso estava determinado, em grande parte, pelo

lugar que ocupavam na sociedade e por todo tipo de papéis ou atividades relacionadas com esta posição (Taylor, 2009, p. 61-62).

Para Taylor (2009), a vida humana é fundamentalmente dialógica, e, com isso, ele afirma que a linguagem é esse lugar de expressão máxima da identidade humana, sobretudo para sua aquisição e seu desenvolvimento:

Nos transformamos en agentes humanos plenos, capaces de comprendernos a nosotros mismos y, por tanto, de definir nuestra identidad por medio de nuestra adquisición de enriquecedores lenguajes humanos para expresarnos. Para mis propósitos sobre este punto, deseo valerme del término lenguaje en su sentido más flexible, que no sólo abarca las palabras que pronunciamos sino también otros modos de expresión con los cuales nos definimos, y entre los que se incluyen los "lenguajes" del arte, del gesto, del amor y similares. Pero aprendemos estos modos de expresión mediante nuestro intercambio con los demás. Las personas, por sí mismas, no adquieren los lenguajes necesarios para su autodefinición. [...] No aprendemos los lenguajes en diálogo y luego seguimos usándolos para nuestros propios fines. Desde luego, se espera que nosotros desarrollemos nuestra propia opinión, perspectiva y actitud hacia las cosas, en grado considerable, por medio de la reflexión solitaria. Pero no es así como ocurren las cosas en las cuestiones importantes, como es la definición de nuestra identidad. Siempre definimos nuestra identidad en diálogo con las cosas que nuestros otros significantes desean ver en nosotros, y a veces en lucha con ellas (Taylor, 2009, p. 62-63).

Charles Taylor (2009) afirma que o reconhecimento é universalmente conhecido, hoje, de uma forma ou de outra. Num plano íntimo, estamos conscientes de como a identidade pode ser bem ou mal formada, no curso de nossas relações com outros significantes. No plano social, contamos com uma política ininterrupta de reconhecimento igualitário. Taylor (2009) reitera que tais planos se formam a partir do crescente ideal de autenticidade, e que o reconhecimento desempenha um papel essencial na cultura que surge com esse ideal (Taylor, 2009, p. 67-68). Quanto à identidade, o autor afirma que, no plano social, a interpretação da identidade se constitui em diálogo aberto e não por estereótipos sociais predefinidos, nos casos em que a política do reconhecimento igualitário ocupa lugar importante e de mais peso¹⁵.

¹⁵ “Ahora bien, a esta exigencia subyace el principio de igualdad universal. La política de la diferencia está llena de denuncias de discriminación y de rechazos a la ciudadanía de segunda clase, lo que otorga al principio de la igualdad universal un punto de enclave en la política de la dignidad. Pero una vez dentro, por decirlo así, resulta muy difícil incorporar sus demandas a esa política, pues exige que demos reconocimiento y status a algo que no es universalmente compartido. O, dicho de otra manera, sólo concedemos el debido reconocimiento a lo que está universalmente presente —cada quien tiene una identidad— mediante el reconocimiento de lo que es peculiar de cada uno. La demanda universal impele a un reconocimiento de la especificidad. La política de la diferencia brota orgánicamente de la política de la dignidad universal por medio de uno de esos giros con los que desde tiempo atrás estamos familiarizados, y en ellos una nueva interpretación de la condición social humana imprime un significado radicalmente nuevo a un principio viejo. Así como la opinión de que los seres humanos están condicionados por su situación socioeconómica modificó la interpretación de la ciudadanía de segunda clase, de modo que esta categoría llegó a incluir, por ejemplo, a las personas que se encontraban

El reconocimiento igualitario no sólo es el modo pertinente a una sociedad democrática sana. Su rechazo puede causar daños a quienes se les niega, según una idea moderna muy difundida, como se indicó desde el principio. La proyección sobre otro de una imagen inferior o humillante puede en realidad deformar y oprimir hasta el grado en que esa imagen sea internalizada. No sólo el feminismo contemporáneo sino también las relaciones raciales y las discusiones del multiculturalismo se orientan por la premisa de que no dar este reconocimiento puede constituir una forma de opresión. Podemos discutir si este factor ha sido exagerado, pero es claro que la interpretación de la identidad y de la autenticidad introdujo una nueva dimensión en la política del reconocimiento igualitario, que hoy actúa con algo parecido a su propio concepto de autenticidad, al menos en lo tocante a la denuncia de las deformaciones que causan los demás.

(Taylor, 2009, p. 68-69)

A teoria de reconhecimento de Taylor (2009) torna-se sumamente importante porque permite um entrelaçamento entre as concepções individualistas, e toda sua horda de conceituações liberais, e as concepções coletivas e ou comunitárias. Sua teoria brinda ricamente uma compreensão global, sem se desvencilhar das armadilhas que os contextos e as sociedades humanas interpelam. Nesse sentido, Taylor (2009) reconhece e afirma que as sociedades do Ocidente têm grande carga de culpabilidade devido ao seu passado colonial e por promoção da marginalização dos setores de sua população que procedem de outras culturas e nações, pensando, nesse sentido, as questões afetas ao multiculturalismo¹⁶ de hoje, sobretudo, ainda, nas imposições de algumas culturas sobre outras.

Y así volvemos a la cuestión del reconocimiento. El reconocimiento del valor igualitario no era lo que se cuestionaba —al menos en el sentido fuerte— en la sección anterior. Se trataba de saber si la supervivencia cultural sería reconocida como meta legítima, si los objetivos colectivos se tolerarían como consideraciones legítimas en la revisión judicial o para otros propósitos de la política social. La exigencia radicaba en permitir que las culturas se defendieran a sí mismas dentro de unos límites razonables. Pero la otra exigencia que tratamos aquí es que todos reconozcamos el igual valor de las diferentes culturas, que no sólo las dejemos sobrevivir sino que reconozcamos su valor.

(Taylor, 2009, p. 103-104).

encadenadas al cepo hereditario de la pobreza, así también, aquí, la interpretación de la identidad como algo que se forma en un intercambio (y posiblemente se malforma) introduce una nueva forma de status de segunda clase en nuestra esfera. Como en el caso presente, la redefinición socioeconómica justificó unos programas sociales que fueron sumamente controvertidos. A quienes no estaban de acuerdo con esta redefinición del status igualitario, los diversos programas redistributivos y las oportunidades especiales que se ofrecieron a ciertas poblaciones les parecieron una forma de favoritismo indebido” (Taylor, 2009, p. 71-72).

¹⁶ *“La principal esfera de este debate es el mundo de la educación en un sentido lato. Un foco importante del mismo son las facultades de humanidades universitarias, donde se formulan demandas para alterar, ampliar o eliminar el "canon" de los autores acreditados, porque quienes en la actualidad gozan de preferencia son, casi exclusivamente, "varones blancos muertos". Debe darse mayor lugar a las mujeres y a las personas de razas y culturas no europeas. Un segundo foco es el de las escuelas secundarias, donde, por ejemplo, se intenta desarrollar un programa afrocéntrico destinado en especial a los alumnos de las escuelas negras* (Taylor, 2009, p. 106).

Por fim, Taylor (2009) estabelece um diálogo produtivo de sua teoria do reconhecimento com Franz Fanon, ao lançar luzes sobre as possibilidades de contraposição aos reconhecimentos falseados. Nesse sentido, cita a relação entre o colono e o colonizado, em que o colono impõe um complexo de inferioridade ao colonizado, propiciando sofrimento ao mesmo, presente nos estudos fanonianos.

Por consiguiente, lo nuevo es que la demanda de reconocimiento hoy es explícita. Y se ha hecho explícita en la forma que indiqué antes, debido a la difusión de la idea de que somos formados por el reconocimiento. Podemos decir que, gracias a esta idea, el falso reconocimiento ha alcanzado el grado de un daño que se puede enumerar fríamente entre otros que se mencionaron en el párrafo anterior. Uno de los autores más importantes en esta transición fue sin duda el hoy difunto Frantz Fanón, cuyo influyente libro *Les Damnés de la Terre* sostiene que la principal arma de los colonizadores es la imposición de su imagen de los colonizados sobre el pueblo subyugado. Este último, para liberarse, ha de purgarse ante todo de esta autoimagen despectiva. Fanón recomendaba la violencia como el camino a seguir hacia esta liberación, violencia paralela a la original de la imposición extranjera. No todos los que se basan en Fanón lo han seguido en esto, pero el concepto de que hay una lucha por modificar la autoimagen —que ocurre a la vez dentro del grupo de los subyugados y contra los dominadores— ha encontrado muy vasta aplicación. La idea se ha vuelto crucial para ciertas corrientes del feminismo, y también es un elemento muy importante del actual debate en torno al multiculturalismo.

(Taylor, 2009, p. 105-106).

I.2. O novo constitucionalismo latino-americano.

Roberto Pastor e Rubén Dalmau (2011), em seu trabalho intitulado “*El nuevo constitucionalismo latinoamericano: fundamentos para una construcción doctrinal*”, trazem importantes aportes para a compreensão do que vem a ser o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, novo paradigma na literatura constitucionalista latino-americana. Nesse sentido, afirmam que estudar uma nova categoria nos estudos constitucionais não significa habitualidade, uma vez que

Si existe una disciplina en las ciencias jurídicas que parece contar, como cualidad intrínseca, con problemas para la innovación es, desde luego, el Derecho constitucional y el estudio de su dimensión histórica y política que denominamos constitucionalismo. Se trata de un ámbito donde es difícil la innovación y la experimentación, más propia - y en muchos casos relativamente fácil - de otras disciplinas jurídicas.

(Pastor; Dalmau, 2011, p. 2).

Pastor e Dalmau (2011) reconhecem que as categorias no Direito Constitucional são intrinsecamente liberais, sendo categorias difíceis de serem questionadas sem se criar

dissonâncias conceituais maiores, entretanto eles defendem que tal invariabilidade presente na disciplina do Direito constitucional permite mais rigor e estabilidade aos seus institutos, pois

establecer modelos teóricos y estudiar casos prácticos en torno a los mismos conceptos fortalece la creación de un entramado académico que otorga seguridad investigadora, expositiva y, especialmente, argumentadora. Se trata sin ninguna duda de la disciplina menos formalista y, por ello, más cercana a consideraciones generales sobre la democracia, el poder y los derechos.
(Pastor; Dalmau, 2011, p. 3)

Pastor e Dalmau (2011) informam a evolução do Direito Constitucional a partir da existência de 4 grandes paradigmas, que são próprios dos “momentos constituintes” que perfazem as vivências históricas do constitucionalismo. O primeiro deles é a existência do constitucionalismo liberal revolucionário, presente durante as revoluções burguesas, a partir dos fins do século XVIII¹⁷; o constitucionalismo democrático, presente durante as primeiras décadas do século XX¹⁸; o constitucionalismo social, que segundo Pastor e Dalmau (2011), consiste no paradigma menos preciso dos apresentados até aqui, mas que buscava garantir os direitos sociais por meio do Estado de bem-estar social, que, atualmente, se conforma no paradigma atual vigente, o Estado social e democrático de direito (Pastor; Dalmau, 2011, p. 3-4).

Esse panorama trago por Pastor e Dalmau (2011), além de didaticamente relevante, localiza e insere o novo paradigma que está sendo proposto para o contexto latino-americano como parte da própria história do constitucionalismo. Nesse sentido, o caminho percorrido pelos autores consiste na comparação entre duas doutrinas principais, contemporâneas no Direito Constitucional, o neoconstitucionalismo como doutrina consolidada e o novo constitucionalismo como doutrina em “configuração” (Pastor; Dalmau, 2011, p. 5).

Em diálogo com M. Carbonell, o neoconstitucionalismo nasce da análise realizada do conjunto de textos constitucionais que começam a surgir após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente na década de setenta¹⁹ (Pastor; Dalmau, 2011). Segundo o citado autor, o neoconstitucionalismo

¹⁷ “a partir de finales del siglo XVIII; la evolución conservadora del planteamiento revolucionario hacia el positivismo y el primitivo concepto de Estado de Derecho, fruto de la nueva coalición entre clases burguesas y monarquías, que vio su auge durante el siglo XIX y los primeros años del siglo XX” (Pastor; Dalmau, 2011, p. 3)

¹⁸ Foi o “producto del enfrentamiento del Estado liberal conservador a las amenazas políticas, sociales y económicas del socialismo, que provocaron el retorno del problema de la legitimidad del poder -problema que había sido apartado desde el contractualismo” (Pastor; Dalmau, 2011, p. 3-4).

¹⁹ M. Carbonell defende que as constituições da Espanha, de 1978, e a do Brasil, de 1988, sejam exemplos de constituições “neoconstitucionalistas” (Pastor; Dalmau, 2011, p. 6).

no se limitan a establecer competencias o a separar a los poderes públicos, sino que contienen altos niveles de normas materiales o sustantivas que condicionan la actuación del Estado por medio de la ordenación de ciertos fines y objetivos (Carbonell, 2007; *apud* Pastor; Dalmau 2011, p. 6).

Entretanto, indo um pouco mais adiante, Pastor e Dalmau (2011) descrevem com mais precisão o neoconstitucionalismo e afirmam que não se trata de uma teoria da constituição, e, sim, de uma teoria do direito, definitivamente. O seu fundamento consiste na análise da dimensão positiva da constituição, o que não se faz necessário adentrar-se nos pressupostos e nas condições de legitimidade democrática abarcadas nos estudos de teoria da constituição (Pastor; Dalmau, 2011). Em definitiva, o neoconstitucionalismo tem a pretensão de distanciar-se do positivismo teórico e converter o Estado de Direito em Estado constitucional de Direito (Pastor; Dalmau, 2011, p. 7). Como teoria do Direito, o neoconstitucionalismo busca descrever as conquistas da constitucionalização, entendendo tal fenômeno como processo de modificação de grandes sistemas jurídicos contemporâneos.

Descrito o contexto da doutrina já consolidada, o neoconstitucionalismo, Pastor e Dalmau (2011) passam a sua análise comparativa quanto ao novo constitucionalismo latino-americano, localizando sua origem na periferia acadêmica, nesse sentido, afirmam que o fenômeno do NCLA é um

producto más de las reivindicaciones populares y de los movimientos sociales que de planteamientos teóricos coherentemente armados. Y consiguientemente, el nuevo constitucionalismo carece de una cohesión y una articulación como sistema cerrado de análisis y proposición de un modelo constitucional.

(Pastor; Dalmau, 2011, p. 7)

Assim como no neoconstitucionalismo, no novo constitucionalismo, mantêm-se as mesmas posições quanto à constitucionalização do ordenamento jurídico e, junto a isso, a necessidade de construir teoria e observar as consequências práticas da evolução do constitucionalismo, visando consolidar o Estado constitucional (Pastor; Dalmau, 2011, p. 8). Nesse sentido, a preocupação não reside somente na dimensão jurídica da constituição, mas, sobretudo, na legitimidade democrática da constituição. A análise comparativa vindicada pelos autores, chega em seu apogeu quando se defende a existência de traços de semelhança e de características em comum, compartilhadas entre o neoconstitucionalismo e o novo constitucionalismo latino-americano:

Neoconstitucionalismo y nuevo constitucionalismo latinoamericano, por tratarse de corrientes complementarias en sus principales postulados y, especialmente, en su objetivo -esto es, el razonamiento sobre la consolidación del Estado

constitucional-, muchas veces se asocian no con procesos constituyentes y constituciones, -por tanto, análisis teórico prácticos cuya referencia es la constitución y su legitimidad-, sino con fórmulas concretas de gobierno, como el neopopulismo, calificativo que han recibido varias experiencias de gobierno en el marco de las nuevas constituciones.

(Pastor; Dalmau, 2011, p. 10).

Pastor e Dalmau (2011) passam, então, a descrever os elementos em comum presentes nos textos constitucionais e no cenário sociopolítico dos países latino-americanos, visando reconstituir o histórico constitucional do subcontinente. O primeiro deles são os processos constituintes democráticos, marcados por assembleias constituintes mais próximas do liberalismo conservador que revolucionário, ou seja, os processos constituintes são protagonizados pelas elites locais, sem que, com isso, a participação popular seja garantida, *“había experimentado en multitud de ocasiones procesos constituyentes secuestrados y dirigidos por las élites, en los que el pueblo no pudo participar de manera efectiva en el proceso fundacional”* (Pastor; Dalmau, 2011, p. 12). Nesse sentido, o velho formalismo democrático perfila a historiografia constitucionalista latino-americana²⁰.

Nesse sentido, refletindo sobre o caso colombiano, Pastor e Dalmau (2011) afirmam, com veemência, como o processo constituinte colombiano de 1991²¹ perfaz-se caracteristicamente nos moldes do novo constitucionalismo latino-americano, mesmo quando o tentam negar:

Por razones directamente relacionadas con las necesidades sociales y la falta de salidas democráticas, y con precedentes en varios intentos constituyentes latinoamericanos que, finalmente, fallaron en su legitimidad, los nuevos procesos constituyentes latinoamericanos dieron inicio en Colombia a principios de la década de los noventa, pero fruto de reivindicaciones sociales anteriores. El proceso colombiano ya contó con las principales características del nuevo constitucionalismo: respondió a una propuesta social y política, precedida de

²⁰ *“La activación directa de la asamblea constituyente no estaba prevista, desde luego, en la Constitución colombiana de 1886, todavía vigente -con sus enmiendas- a las puertas del siglo XXI. En esas condiciones se produjo el movimiento de la séptima papeleta, a través del cual se invitaba “al electorado a pronunciarse sobre la convocatoria de una Asamblea constitucional para reformar la carta política, mediante la utilización de una papeleta de votación, entonces mecanismo utilizado, que debía ser introducida en las urnas en las elecciones del 11 de marzo de 1990. El resto es bien conocido: el proceso constituyente colombiano que culminó con la Constitución de 1991”* (Pastor; Dalmau, 2011, p. 12)

²¹ *“El elemento de necesidad del proceso constituyente colombiano y la situación de emergencia en la que vivía el país se tradujeron en el propio Decreto Legislativo n° 1926, de 24 de agosto de 1990, cuando exponía que los hechos “demuestran a las claras que las instituciones tal como se encuentran diseñadas no son suficientes para enfrentar las diversas formas de violencia a las que tienen que encarar (...). (Éstas) han perdido eficacia y se han vuelto inadecuadas, se han quedado cortas para combatir modalidades de intimidación y de ataque no imaginadas siquiera hace pocos años, por lo que su rediseño resulta una medida necesaria para que las causas de perturbación no continúen agravándose”. Finalmente, y a pesar de los obstáculos y de la apropiación por parte de sectores políticos tradicionales de buena parte del proceso, la Constitución colombiana de 1991 se reivindicó como un texto constitucional fuerte, capaz de cambiar de forma decisiva el devenir del país. No en vano, el proceso constituyente colombiano de 1990-1991 ha sido calificado como el inicio de verdadero constitucionalismo colombiano”* (Pastor; Dalmau, 2011, p. 13).

movilizaciones que demostraban el factor necesidad, y confió en una asamblea constituyente plenamente democrática la reconstrucción del Estado a través de una nueva constitución. De hecho, Angulo se retrotrae a mediados de la década de los ochenta, cuando aparecieron en diferentes sectores de la opinión pública la necesidad (y, por lo tanto, la posibilidad) de convocar un referéndum para aprobar la Constitución”.

(Pastor; Dalmau, 2011, p. 12).

O segundo elemento consiste nos elementos formais compartilhados nos textos constitucionais latino-americanos, que não se distanciaram do constitucionalismo liberal revolucionário, em grande medida, como por exemplo, ao não romper com o conceito racional-normativo de constituição - texto escrito, ordenado e articulado -, recupera muitas das preocupações do constitucionalismo liberal revolucionário, sobretudo o fortalecimento de sua dimensão política (Pastor; Dalmau, 2011).

E, por último, os elementos materiais compartilhados nos textos constitucionais latino-americanos compõem o corpus analítico dos autores, visando empreender uma doutrina, própria, de constitucionalismo latino-americano diante das reivindicações populares e dos anseios de câmbio nas desigualdades sociais existentes na América Latina. Nesse sentido,

la principal apuesta del nuevo constitucionalismo latinoamericano es en la búsqueda de instrumentos que recompongan la perdida (o nunca lograda) relación entre soberanía y gobierno. Lo que la Constitución colombiana de 1991 denomina “Formas de participación democrática”, en el Ecuador de 1998 se denomina gobierno participativo; en Venezuela y Bolivia recibe el nombre de democracia participativa; y en el Ecuador de 2008, “Participación en democracia”.

(Pastor; Dalmau, 2011, p. 21).

Assim, o grande denominador comum presente nos textos constitucionais latino-americanos consiste em estabelecer mecanismos de legitimidade e controle sobre o poder constituído através de novas formas de participação, mesmo as vinculantes. Tal fator constitui o eixo central das inovações colocadas pelos textos constitucionais, consistindo, assim, em originalidade constitucional (Pastor; Dalmau, 2011), permitindo, dessa forma, a constitucionalização de vários instrumentos de participação e os anseios democráticos do continente (Pastor; Dalmau, 2011, p. 22).

I.3. O constitucionalismo na Colômbia.

Em importante introdução a compreensão do contexto político-social da existência do constitucionalismo na Colômbia, Ricardo Zuluaga Gil (2014), em seu trabalho “*Historia del constitucionalismo en Colombia. Una introducción*”, constrói seu arsenal argumentativo lançando luzes sobre como se dá a existência do constitucionalismo. Para isso, ele parte de eventos históricos que ocorrem no continente europeu, partindo, assim, do pressuposto comum de relacionar os constitucionalismos a um “nascido” pertencente ao cenário político e social do norte global (Gil, 2014, p. 103-105). Gil (2014) informa que é por meio da “célebre Carta Magna de Inglaterra expedida en 1215 por el Rey Juan” (p. 103) que se pode tributar a origem do constitucionalismo, em pleno feudalismo inglês. Ainda na Inglaterra, o segundo evento de consolidação do constitucionalismo se dá na chamada “Revolução Gloriosa de 1688”, que consistiu em

una profundización muy significativa del discurso constitucional al ampliar el número de derechos y extenderlos a otros grupos de la población diferentes a la nobleza, todo lo cual quedó consagrado en el famoso *Bill of Rights* de ese año este es un momento que se puede considerar de una importancia radical, porque esa fue la primera de aquellas revoluciones ocurridas durante la modernidad en el mundo occidental y a través de las cuales se comenzó a poner fin a las monarquías absolutas de derecho divino y se entregó el control del gobierno a una clase social emergente: la burguesía.

(Gil, 2014, p. 103-104).

Não se limitando ao continente europeu, Gil (2014) a partir da ocorrência da Revolução de 1776, nos Estados, em que 13 colônias inglesas dão origem ao atual Estados Unidos, mas que, para o autor, tal revolução consistiu na consolidação do constitucionalismo, dadas as seguintes inovações na disciplina constitucional:

- (a) Supresión absoluta de la forma monárquica de gobierno e implantación del sistema republicano;
- (b) La Constitución como un texto escrito y sistematizado;
- (c) Creación del sistema federal de gobierno, único medio de cohesionar las que entonces eran unas comunidades muy aleccionadas en su propio autogobierno;
- (d) Clara noción de supremacía constitucional;
- (e) Control de constitucionalidad para prevenir la vulneración de esa que se reconocía como ley fundamental.

(Gil, 2014, p. 104).

As inovações, citadas acima, permanecem, em grande medida, presentes na compreensão do constitucionalismo moderno, fundado nos contextos políticos e sociais do norte global, entendendo o norte global, aqui, como os Estados Unidos e a Europa, citados pelo autor. Os eventos citados por Gil (2014) compõem, demasiadamente, os diversos livros e

manuais jurídicos brasileiros e colombianos, reiterando a narrativa liberal presente no constitucionalismo moderno. O relacionamento do fenômeno constitucional a eventos compreendidos, outrora, como liberais, torna-se alicerce para as críticas colocadas por intelectuais negros e negras, por constitucionalistas latino-americanos críticos do liberalismo latente nos estudos constitucionais contemporâneos (Queiroz, 2018).

Para finalizar sua argumentação, visando a compreensão do relacionamento dos eventos históricos de importância crucial para o que vem a ser o constitucionalismo moderno, Gil (2014) assenta o “movimento constitucionalista” definitivamente a Revolução francesa de 1789,

pues ese movimiento no sólo expidió ese mismo año la famosa declaración de los Derechos del Hombre y el Ciudadano que entre otras garantías predicaba que “*Todos los hombres nacen libres e iguales ante la ley*”, sino que propició la promulgación de la primera Constitución de ese país en 1791.

(Gil, 2014, p. 104).

Deste modo, feita a breve cronologia dos eventos históricos correlacionados como expoentes do movimento constitucionalista, Gil (2014) afirma que o então Império Espanhol não poderia permanecer distanciado de tais acontecimentos e que o então Vice-Reinado da Nova Granada (*Virreinato de la Nueva Granada*, atual Colômbia) dava indícios de sua “Revolução Constitucional” (Gil, 2014, p. 105). Para robustecer sua argumentação, informa alguns eventos locais, como a “*Revolución de los Comuneros*”, em 1781, a “*Expedición Botánica*”, de 1783, e, por conseguinte, tributa também a tradução feita por Antonio Nariño da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1793.

Entretanto, a tese constitucional da história do constitucionalismo colombiano defendida por Ricardo Zuluaga Gil (2014) consiste na incapacidade da sociedade colombiana em lograr um consenso constitucional profundo e duradouro (Gil, 2014, p. 106). A justificativa defendida por ele consiste na agitação e no número exacerbado de constituições provinciais até então presentes no *Virreinato de la Nueva Granada*, como se depreende no trecho abaixo:

es el hecho de que el desenvolvimiento histórico de nuestro constitucionalismo ha sido muy agitado desde cuando en la segunda década del siglo XIX se comenzó a difundir e implementar este ideario en las provincias que entonces conformaban el Virreinato de la Nueva Granada. Para corroborar esta afirmación basta tener en cuenta que entre 1811-1816 en lo que hoy es Colombia estuvieron vigentes nueve constituciones provinciales y no hubo nunca alguna que tuviera alcance nacional, como equivocadamente lo ha querido hacer ver desde siempre la historiografía tradicional que insiste en darle el carácter de tal a la Constitución de Cundinamarca de marzo de 1811, cuando ella es una simple

Constitución más, la primera eso sí, pero una más entre esas nueve que se expidieron.

(Gil, 2014, p. 106-107)

Sua tese, também, afirma inexistir uma independência nacional, ou seja, “no solo nunca se dio una Constitución nacional, sino que tampoco hubo jamás una independencia nacional²², tal como igualmente lo han querido hacer ver los historiadores oficiales” (Gil, 2014, p. 107). Gil (2014) defende que persiste, no contexto colombiano, uma instabilidade institucional, que, com o passar dos anos, tem se tornado estrutural, afirmando que “baste para ello saber que desde ese año fundacional de la República (1821), hasta el presente, hemos tenido nueve constituciones nacionales que vienen a concluir con la actualmente vigente, expedida el 5 de julio de 1991” (Gil, 2014, p. 111):

Figura 1 - Quadro demonstrando a variabilidade dos textos constitucionais colombianos.

Año de la Constitución	Nombre del Estado	Forma de Estado	Forma de Gobierno	Duración	Orientación ideológica¹
Constitución de 1821	República de Colombia ²	Unitario centralizado	Presidencialista	7 años	Conservadora
Constitución de 1830	República de Colombia	Unitario centralizado	Presidencialista	22 meses	Conservadora
Constitución de 1832	República de la Nueva Granada	Unitario descentralizado	Presidencialista	11 años	Liberal
Constitución de 1843	República de la Nueva Granada	Unitario centralizado	Presidencialista	10 años	Conservadora
Constitución de 1853	República de la Nueva Granada	Unitario descentralizado	Presidencialista	5 años	Liberal
Constitución de 1858	Confederación Granadina ³	Federal	Presidencialista	3 años	Liberal
Constitución de 1863	Estados Unidos de Colombia	Federal	Presidencialista	23 años	Liberal
Constitución de 1886	República de Colombia	Unitario centralizado	Presidencialista	105 años	Conservadora
Constitución de 1991	República de Colombia	Unitario descentralizado	Presidencialista	22 años	Social

Fonte: Ricardo Zuluaga Gil (2014, p. 111)

²² “Pese a lo anterior, la historiografía nacional, con un sentido más patrioter que científico, ha edificado sobre una gran falacia histórica el comienzo de nuestra nacionalidad. Se trata de la mal llamada Acta de Independencia de julio 20 de 1810, documento que resulta muy problemático al momento de considerarlo como el acto fundacional de la República” (Gil, 2014, p. 108).

**CAPÍTULO II - A Diáspora Africana nas lacunas dos constitucionalismos
latino-americanos**

A partir da Constituição de 1991, a Colômbia constrói sua noção de multiculturalismo como forma de gestão política da diversidade pluricultural e pluriétnica presente em seu contexto sociopolítico. Conforme já discutimos anteriormente, no multiculturalismo é importante o reconhecimento das diferenças culturais. Ele ocupa um lugar intermediário entre o assimilacionismo e o comunitarismo. Assim, a cidadania multicultural é entendida entre dois eixos principais: no primeiro, o indivíduo vive com dignidade e com o reconhecimento no plano individual e cultural; e, no segundo, o multiculturalismo considera o grupo, o povo e as nações culturais de base étnica como mediadores legítimos entre o cidadão e a sociedade ([Rosero-Labbé, 2009](#)).

A constituição colombiana de 1991 é celebrada em muitos termos pelas garantias políticas e sociais direcionadas a diversos grupos minoritários, sobretudo negros e indígenas. Entretanto, o pós da Constituição de 1991 tem informado uma série de percalços ainda a serem superados pelas populações que o texto constitucional afirma proteger e conceder garantias de direitos, sobretudo a afro-colombiana. Nesse sentido, este capítulo incube-se de trazer a luz sobre o que a intelectualidade negra e demais intelectuais têm denunciado ao longo de seus trabalhos.

Nesse sentido, de início, cabe dialogar com o trabalho de Juliet Hooker (2006), que promove um panorama incisivo e direto quanto aos avanços experienciados pelas populações indígenas, na América Latina, ao passo que não se verifica o mesmo pelas populações afro-descendentes no subcontinente.

[Hooker \(2006\)](#) informa que, nas décadas de 1980 e 1990, mesmo diante da proscrição de legalidade do racismo e seu reconhecimento enquanto fenômeno jurídico, diversos países latin-americanos buscaram implementar reformas visando à cidadania multicultural em seus ordenamentos sociais e jurídicos, sobretudo ao estabelecer os direitos coletivos de grupos indígenas. Entretanto, para a autora, isso não se verifica, em larga escala, para os afrodescendentes ([Hooker, 2006](#), p. 89).

Os direitos coletivos obtidos com as reformas citadas incluem: (a) reconhecimento formal de subgrupos étnicos ou raciais específicos e da natureza multicultural das sociedades nacionais; (b) reconhecimento do direito consuetudinário como direito público oficial; (c) direitos de propriedade coletiva (especialmente em relação à terra); (d) status oficial para a língua de minorias em regiões em que estas predominam; e (e) garantia de educação bilíngue

(Hooker, 2006, p. 89). Tais direitos e reformas compõem um quadro próprio histórico pertencente à América Latina:

As reformas da cidadania multicultural foram interpretadas como tentativas de restabelecer, mediante a inclusão de minorias étnicas e raciais antes excluídas e a reparação do antigo racismo, a legitimidade democrática do Estado, após décadas de autoritarismo e repressão em alguns países.

(Hooker, 2006, p. 90).

Para a autora, existem disparidades significativas no quadro dos direitos coletivos contemplados pelas reformas. Ela afirma que, em quase todos os casos de reforma multicultural verificadas na América Latina, os grupos indígenas saíram bem sucedidos na garantia de direitos, em contraposição aos afro-descendentes.

Dos quinze países latino-americanos que implementaram algum tipo de reforma visando à cidadania multicultural, somente Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras e Nicarágua estenderam alguns direitos coletivos aos afro-descendentes. Mas, mesmo nos casos em que obtiveram esses direitos, em quase nenhum país os afro-descendentes foram contemplados da mesma maneira que povos indígenas. De fato, em apenas três países da região – Honduras, Guatemala e Nicarágua – indígenas e afro-descendentes têm direitos coletivos iguais. Além disso, apenas um pequeno subconjunto de afrodescendentes – em geral comunidades rurais que descendem de escravos foragidos – conquistou direitos coletivos durante as mencionadas reformas. Apesar de a grande maioria dos afro-descendentes estar excluída das recentes reformas que asseguraram direitos coletivos, somente o Brasil e a Colômbia estão tentando elaborar outros meios legais para combater o racismo, como a legislação relativa aos direitos civis.

(Hooker, 2006, p. 90).

São apontadas algumas justificativas por Juliet Hooker, como, por exemplo, o excesso de o contingente afrodescendente ser mais expressivo que o contingente indígena, o que representa uma ameaça às elites locais, a baixa auto-organização dos afrodescendentes, a alta auto-organização indígena pela garantia de seus direitos. Entretanto, para a estudiosa, tais justificativas não chegam a ser suficientes.

Indígenas e afro-descendentes constituem uma porcentagem significativa da população total da América Latina, e os dois grupos sofrem exclusão social e discriminação racial. De fato, na população total da região, a porcentagem de afro-descendentes é maior do que a de indígenas. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cealc) avalia que há entre 33 e 40 milhões de indígenas na região, o que equivale a cerca de 8% da população total. O número de afro-descendentes estaria, segundo a Cealc, em torno de 150 milhões de pessoas, ou seja, 30% da população da região (cf. Hopenhayn e Bello, 2001). Embora as estimativas a respeito do tamanho desses grupos na América Latina sejam controversas – em parte porque muitos países da região não incluem questões relativas à raça em seu censo nacional –, não há dúvida de que a

quantidade de afro-descendentes é pelo menos equivalente à de indígenas (Hooker, 2006, p. 90-92).

Os apontamentos de Juliet Hooker (2006) não encontram-se no mais completo vazio. Suas pontuações encontram eco nos mais diversos intelectuais negros e negras latino-americanos, e demais interessados em compreender as dinâmicas raciais presentes no cenário sociopolítico latino-americano. Nesse sentido, insurge-se dialogar com Thula Pires (2018) que, em seu trabalho, denominado de “Por um constitucionalismo latino-americano”, postula, no contexto constitucional, sobretudo na efervescência de compreensão do paradigma do novo constitucionalismo latino-americano, anteriormente discutido, que as populações afro-equatorianas e afro-bolivianas não são consideradas pelos textos constitucionais mais recentes de seus respectivos países (Pires, 2018).

Primeiramente, Pires (2018) pontua a subsidiariedade conferida às populações negras nos recentes textos constitucionais²³ de Bolívia (em 2009), Equador (em 2008) e Venezuela (em 1999), sendo todos compreendidos nas inovações apresentadas pelo Novo Constitucionalismo Latino-Americano (NCLA). Para a autora, é perceptível que, na recepção ao novo constitucionalismo latino-americano, no Brasil e nos próprios textos constitucionais de Bolívia e Equador, a interculturalização, proposta pelo constitucionalismo plurinacional que tais textos constitucionais erigem, existe um projeto de manutenção à margem as diferenças afro-equatorianas e afro-bolivianas (Pires, 2018, p. 285-286).

No plano da enunciação constitucional, por exemplo, das três referências expressas aos afro-bolivianos na Constituição de 2009, no artigo 3º eles são reconhecidos como “comunidades” (e não povos ou nações); o artigo 32 fala especificamente em “povo afro-boliviano”, mas subordina seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais aos dos povos indígenas; e, por fim, o artigo 100, inciso II, protege saberes e conhecimentos por meio do registro de propriedade intelectual, salvaguardando direitos intangíveis das nações indígenas, comunidades interculturais e afro-bolivianas. A constituição equatoriana (2008), por sua vez, avança mais no reconhecimento dos afro-equatorianos ao longo do texto, mas também mantém a subsidiariedade quando, por exemplo, conserva o reconhecimento dos direitos coletivos a comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, e em dispositivos a parte estende ao povo afro-equatoriano os direitos coletivos destinados aos indígenas.

(Pires, 2018, p. 286).

Outra importante autora pontua a fragilidade dos direitos subsidiários das populações afro-bolivianas. Nesse sentido, ao refletir sobre os processos de desumanização: Gabriela

²³ Com a defesa de um constitucionalismo latino-americano, o objetivo não é disputar outra nomenclatura, mas reconfigurar epistemologicamente a maneira pela qual esses projetos políticos vêm sendo recepcionados e interpretados no Brasil - e não apenas nele (Pires, 2018, p. 285).

Barretto de Sá (2016) assinala que, no contexto latino-americano, a fragilidade da inclusão de sujeitos indígenas e negros ganha novos contornos com o movimento do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Pensando especificamente o caso dos afro-bolivianos, aponta que a falta de reconhecimento da existência dos afro-bolivianos perdurou por 19 textos constitucionais, anteriores à Constituição de 2009²⁴ (Barreto Sá, 2016).

A história da presença da população afrodescendente na Bolívia se relaciona com a prática da escravidão negra por mais de três séculos, responsável pela diáspora africana na América. Uma das referências no estudo acerca da presença da população negra na Bolívia, Alberto Crespo Rodas, na obra clássica *Esclavos negros em Bolívia*, afirma que “estuvo el esclavo africano presente en el Nuevo Mundo desde el comienzo de la conquista” (Crespo, p. 22). O autor justifica a afirmação por meio de informações encontradas em fontes primárias disponíveis nos arquivos bolivianos que, por exemplo, dão conta que, em 1557 – treze anos depois do descobrimento da existência de prata em Potosí –, um informe de Bartolomé de Arzáns Orsúa y Vela afirma que depois de uma nevada que durou oito dias “perecieron 14 españoles y 18 negros esclavos”. Ainda revisando os escritos da História de la Villa Imperial de Potosí, escrito por Arzáns, Crespo (p. 22) encontra um registro que informa que os negros que trabalhavam na Casa da Moeda eram “perversísimos” aos olhos da sociedade da época.

(Barreto Sá, 2016, p. 299).

No contexto colombiano, por óbvio, não poderia ficar de fora as graves violações direcionadas aos afro-colombianos, palenqueros, raizales e negros, que suplantam sua sobrevivência e possibilidades do bem viver (*vivir sabroso*). Nesse sentido, cabe mencionar o que denuncia Carlos Agudelo (2004), em importante trabalho intitulado “*La Constitución política de 1991 y la inclusión ambigua de las poblaciones negras*”, de início afirma que a violência crônica que assola a sociedade colombiana, por meio de violentas mortes, sequelas dos deslocamentos forçados ou *desplazamientos forzados*, tem como suas principais vítimas as populações indígenas e a afrodescendente (Agudelo, 2004, p. 1).

Em igual sentido, Agudelo (2004) informa que os direitos conquistados, como os resultante do processo constituinte de 1991, tornaram-se letras mortas,

por la dinámica de las múltiples manifestaciones de violencia pero especialmente por el conflicto entre actores armados que se disputan el control territorial de las regiones rurales, incluyendo aquellas pobladas por indígenas y comunidades negras.

(Agudelo, 2004, p. 1-2).

²⁴ “Apesar de tantas evidências acerca da presença negra na Bolívia desde o início da colonização e da permanência e manutenção do povo afro-boliviano e de suas práticas culturais durante os séculos, ao longo da história constitucional boliviana, nenhum dos 19 textos constitucionais anteriores à Constituição Política do Estado Plurinacional Boliviano (2009) reconheceu a existência dos afrobolivianos como um dos diversos povos que compõem o país (Barreto Sá, 2016, 301-302).

Agudelo (2004) é assertivo ao afirmar, categoricamente, que o reconhecimento da pluriétnicidade tem um sabor bipolar, uma vez que “*el lugar de las poblaciones negras como minoría étnica sólo se explicita de manera restringida en un artículo transitorio*²⁵ *de la Constitución*” (Agudelo, 2004, p. 2). Acrescenta ademais:

Junto con el amplio abanico de derechos sociales y políticos que establece la Constitución, la afirmación de la multiétnicidad y pluriculturalidad de la Nación, así ella implique ciertas limitaciones, constituyen la esencia de su carácter incluyente. Este reconocimiento de la diversidad que conforma la Nación deviene en el texto constitucional una verdadera "ruptura ideológica" (Gros, 1993) con respecto al ideario de la Nación mestiza, de la "raza cósmica", que se convirtieron en pilar de las naciones latinoamericanas desde sus constitución como repúblicas.

Agudelo (2004), tal qual os apontamentos de Hooker (2006), afirma que existe um contexto assimétrico entre indígenas e negros, “*esta asimetría en el tratamiento que le da el texto constitucional a indígenas y poblaciones negras tiene su explicación en varios factores que confluyen en la coyuntura*” (Agudelo, 2004, p. 8)²⁶.

II.1. Memória: instituição e movimento.

Aline Helg (2018), por meio do seu trabalho intitulado “*¡Nunca más esclavos! Una historia comparada de los esclavos que se liberaron en las Américas*”, mais precisamente do capítulo 2 de sua obra, reflète sobre como se constituiu o fenômeno da *cimarronaje* durante o

²⁵ Artículo transitorio 55. Dentro de los dos años siguientes a la entrada en vigencia de la presente Constitución, el Congreso expedirá, previo estudio por parte de una comisión especial que el Gobierno creará para tal efecto, **una ley que les reconozca a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico**, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva sobre las áreas que habrá de demarcar la misma ley. En la comisión especial de que trata el inciso anterior tendrán participación en cada caso representantes elegidos por las comunidades involucradas. La propiedad así reconocida sólo será enajenable en los términos que señale la ley. La misma ley establecerá mecanismos para la protección de la identidad cultural y los derechos de estas comunidades, y para el fomento de su desarrollo económico y social.

Parágrafo 1. Lo dispuesto en el presente artículo podrá aplicarse a otras zonas del país que presenten similares condiciones, por el mismo procedimiento y previos estudio y concepto favorable de la comisión especial aquí prevista.

Parágrafo 2. Si al vencimiento del término señalado en este artículo el Congreso no hubiere expedido la ley a la que el se refiere, el Gobierno procederá a hacerlo dentro de los seis meses siguientes, mediante norma con fuerza de ley.

²⁶ “*El indio es reconocido históricamente como el verdadero « Otro » desde que la República decretó el carácter de ciudadanos a las poblaciones negras a mediados del siglo XIX. Los indígenas, aunque diezmados por los abusos del colonizador y participando de la dinámica del mestizaje, logran conservar núcleos que sobreviven al genocidio físico y cultural. Estos grupos serán objeto de legislaciones especiales y de una mirada de parte del conjunto de la sociedad que los considerará como diferente*” (Agudelo, 2004, p. 8).

período colonial. A partir da noção de fuga, distanciar-se, escapar, valendo-se de verbos de ação incisivos, a autora deixa evidente que constitui-se como uma característica humana buscar alternativas que possibilitem mudar contextos intoleráveis e imutáveis diante de flagrantes situações de violência (Helg, 2018, p. 61).

Se puede decir lo mismo del caso de los esclavos. La gran mayoría de los que fueron capturados en África probablemente pensaron escaparse en el momento de su captura o durante su transporte y confinamiento en los almacenes costeros, algunos intentaron hacerlo, y pocos lo lograron, individual o colectivamente. Una prueba de ello es el término "quilombo", o comunidad cimarrona en el Brasil, que tiene un origen centroafricano, y que se refiere a las sociedades guerreras conformadas, en gran parte, de hombres adultos de ascendencia múltiple, y que se habían formado como consecuencia de las guerras, las migraciones forzadas y las hambrunas que había dejado la trata esclavista. Una vez embarcados en los buques negreros, hombres, mujeres y niños intentaron huir, lanzándose por la borda y, generalmente, ahogándose; otros se dejaban morir.

(Helg, 2018, p. 61).

Helg (2018) estabelece, assim como grande parte da literatura sobre a temática, que a *cimarronaje* é a primeira forma de protesto, insurgência contra os ditames do estado colonial. Junto a isso, a autora reitera o estado de relacional, hereditário, entre o fenômeno da *cimarronaje* e a existência das comunidades negras, e quilombolas no caso brasileiro. O intento no período colonial, quanto às fugas de escravizados e escravizadas, para muitos autores, é a liberdade, pois é ela que proporciona a possibilidade de se vivenciar um contexto de cidadania humana, política e social, que a metafísica colonial lhes outorgara ao submeter sua humanidade à epistemologia de coisificação econômica.

Para darse cuenta de ello hoy en día, a comienzos del siglo XXI, basta con examinar con cuidado el mapa étnico de las Américas y notar que está marcado por la existencia de comunidades, incluso de sociedades, cuyos antepasados fueron grupos de africanos que, entre los siglos XVI y XIX, huyeron y llegaron a establecerse duraderamente, a veces mezclándose con los amerindios no colonizados en las vastas zonas fronterizas de las Américas, durante el curso de las sucesivas olas de trata negrera. Situadas en regiones fronterizas cuyo acceso fue difícil durante mucho tiempo, estas comunidades cimarronas crearon un sistema de trueque y defensa gracias al cual pudieron subsistir.

(Helg, 2018, p. 63).

Outras questões trazidas pela obra citada consistem na compreensão de como se dava esse fenômeno de insurgência protagonizado por sujeitos e sujeitas subsumidos a ideais de economicidade desumanizadora. Desse modo, a autora reitera que a *cimarronaje* é um fenômeno de insurgência anticolonial, pois sua capilaridade é melhor visualizada diante do

escopo de linguagem que ele fomenta no período colonial, e não somente em uma colônia, isoladamente, mas em todas. Onde existisse processo de colonização, existiria seu contraponto insurgente (Nascimento, 2019; Moura, 2014). Conforme fica nítido nos diversos conceitos criados para referir-se ao fenômeno:

La importancia del cimarronaje, particularmente en el siglo XVII, se puede percibir a través de la multitud de términos inventados para referirse a él. Las palabras marran y maroon provienen de español cimarrón, cuya evolución en términos de significado muestra bien la manera como los colonos consideraban a los esclavos africanos: cimarrón designaba primero al ganado que se escapaba a las montañas de la isla de La Española, luego se utilizaba para aludir al esclavo amerindio en fuga y, finalmente, designó al esclavo africano fugitivo. Los múltiples nombres que existen para definir las sociedades cimarronas y a sus miembros demuestran su ubicuidad: palenques, cumbes o mambises en español, *quilombos, mocambos, ladeiras, mago tes, palmares* o *coitos* en portugués, *outlaw camps, maroon settlements, runaway* o *fugitive slaves, hog hunters, negroes of the mountains o bush negroes* en inglés, *boschneegers* ("bush negroes") o *schuilneegers* ("hide-negroes") en neerlandés, y *bandes cimarronas, rebelles, neg'mawon* o "*negres marrons*" en francés.

(Helg, 2018, p. 63).

Existe uma parcela da literatura que dignifica a *cimarronaje*, entendida como fenômeno de fuga em larga escala de escravizados, como rebeldia. A rebeldia é entendida aqui como delito contra a ordem pública, ou seja, o caráter punitivista surge como contraponto aos ditames anticolonialistas instituídos pelos escravizados, "*delito contra el orden público[. . .] consistente en el levantamiento público y en cierta hostilidad contra los poderes del Estado, con el fin de derrocarlos*" *Real Academia Española* (Helg, 2018, p. 64). E isso é verificado em todo contexto que apresenta a *cimarronaje*. Parte dos historiadores diferenciam a rebeldia da *cimarronaje*, e estamos em consonância com seus postulados, mesmo que a rebeldia, *rebelión* no espanhol, esteja imbricada na metafísica da *cimarronaje*. Nesse sentido, defendemos que a rebeldia significa apenas um modo de atuação desse fenômeno, ou seja, ele não o qualifica completamente, longe disso, uma vez que existem comunidades cimarronas transitórias, condicionadas a esse contexto pelas incursões violentas do poder colonial, incorrendo em respostas belicosas e imediatas diante das muitas ameaças do poder colonial e comunidades cimarronas definitivas ou permanentes, que passam a dialogar horizontalmente com o próprio poder colonial, a exemplo do palenque de San Basilio, na Colômbia.

É notável a preocupação do poder colonial ante ao fenômeno continental que se apresenta, diante de tamanho contraponto a ordem e metafísica do poder social. O principal abalo, contudo, é em referência às suas perdas econômicas, sem a mão de obra, as plantações,

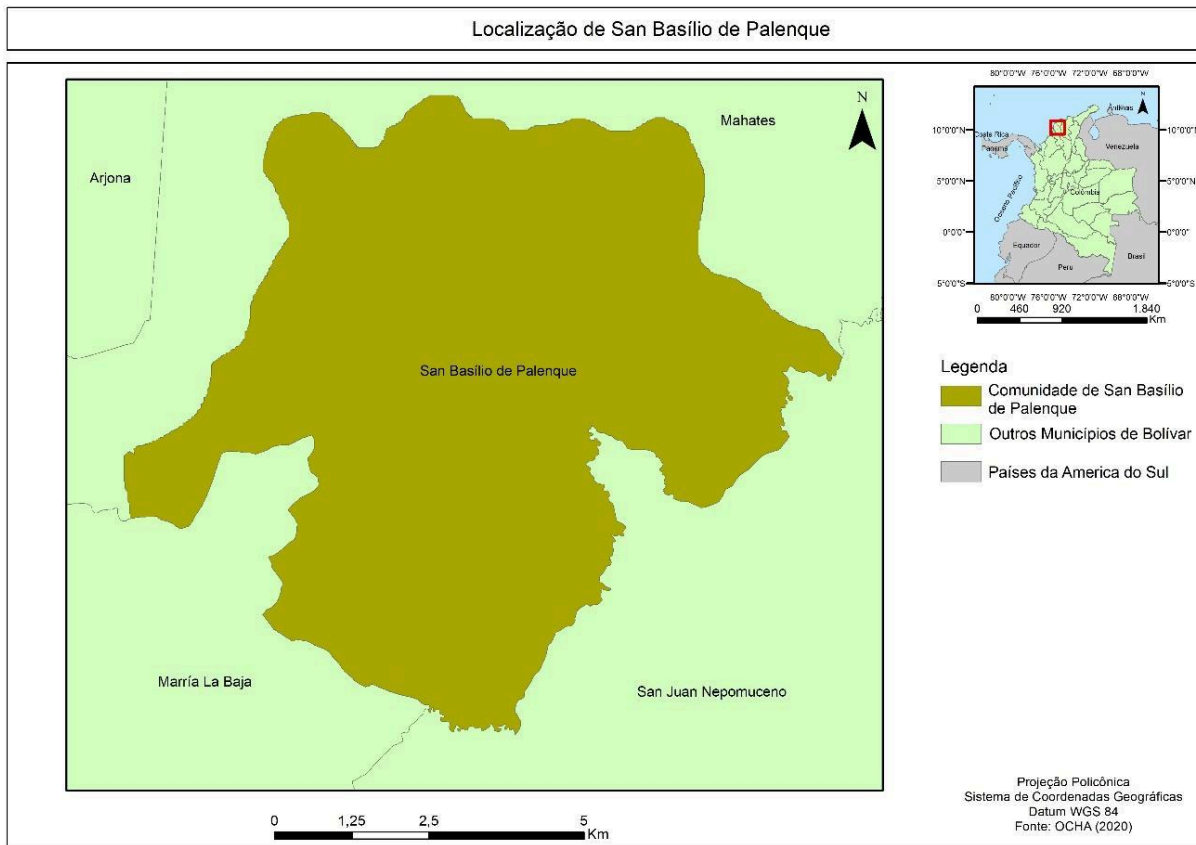
os transportes e os serviços domésticos, passam a sofrer com a evasão vultosa que se apresenta, assim, a movimentação insurgente de escravizados produz abalos estruturais em toda a América colonial, conforme as fatídicas fugas por liberdade engendradas pela diáspora africana:

Por lo tanto, decenas, cientos y luego miles de cautivos africanos, entre los cuales se encontraban mujeres y niños, se liberaron de la esclavitud huyendo hacia las montañas, por los ríos, en los llanos y bosques tropicales. Numerosos informes de la época dan fe de este vasto fenómeno y, en ellos, se puede apreciar cómo los funcionarios reales solían pedirles medios financieros a sus superiores para menguar las fugas de esclavos, y, una vez estos últimos establecidos tierra adentro.

(Helg, 2018, p. 65).

II.2. San Basilio de Palenque: *cimarronaje* como *ethos* sociopolítico de ancestralidade negra na Colômbia.

Figura 2 - Mapa de localização de San Basilio de Palenque



Fonte: Portela (2021)

San Basilio de Palenque teve seu reconhecimento como patrimônio imaterial da humanidade, pela UNESCO, somente 12 anos após a existência da Ley 70 de 1993. Tal fato permite-nos empreender dois caminhos de reflexão, talvez opostos, mas que se complementam. O primeiro deles é que é fato histórico, comprovado e reiterado, que San Basilio de Palenque é o alicerce e a pedra de toque de tudo o que se entende pelo fenômeno da *cimarronaje*. Ou seja, não há que se falar, no contexto colombiano, de memória de reivindicações de liberdade e sobrevivência de escravizados africanos no período colonial, sem relacionar tal contexto a comunidade que, desde o século XVII, sobrevive como testemunha direta de que as lutas por liberdade resultaram na humanização de corpos negros, desumanizados e coisificados no processo de colonização.

O segundo caminho é que a subsunção das trajetórias históricas da diáspora africana aos contextos, aos textos e a toda gramática afeta aos constitucionalismos latino-americanos

não deva produzir limitações às metafísicas que a diáspora africana, seja no Brasil, ou seja na Colômbia, sempre produziram e vivenciaram, desde que aqui aportou. San Basilio de Palenque é anterior ao processo constituinte de 1991. Nesse sentido, é a memória que San Basilio materializa que deve estar presente nas narrativas institucionais e constitucionais. O reconhecimento deve ser total (Taylor, 2009), não existe reconhecimento parcelado ou incompleto, pois incorre em falseamento de reconhecimentos de realidades outras, e, com isso, a reiteração de opressões e violências (Taylor, 2009).

Sem se desvencilhar das inovações introduzidas pela constituição de 1991 e pelo processo constituinte que lhe deu origem, o reconhecimento tardio, internacionalmente, de tão importante marco de alteridade latino-americano demonstra a letargia que envolve os passos dados pela diáspora africana. Em outras palavras, sem reivindicações consistentes e robustas, por parte dos próprios sujeitos compreendidos como minorias e vulnerabilizados, aqui as populações afro-colombianas, observa-se que as arenas sociopolíticas, sobretudo as de índole estritamente política, sempre oferecem obstáculos a esse contingente populacional expressivo da América Latina (Hooker, 2006).

Eduardo Restrepo e Jesús Palomino (2005)²⁷, por meio do trabalho intitulado “*San Basilio de Palenque: caracterizaciones y riesgos del patrimonio intangible*”, contemporâneo ao reconhecimento pela Unesco como patrimônio imaterial da humanidade, robustece o debate público visando conceder maior compreensão da importância de San Basilio, tanto para a humanidade, em sentido geral, quanto para os próprios afro-colombianos, em sentido mais estrito (Restrepo; Palomino, 2005). Por meio de notas antropológicas, os autores descrevem os marcos de maior importância e que permitem apreender a materialidade do patrimônio imaterial que San Basilio constitui-se para a humanidade. A exemplo, temos sua organização social por meio de *kuagros*²⁸, compreendidos como grupos etários presentes na

²⁷ [Restrepo \(2005, p. 58-69\)](#)

²⁸ “*Los kuagro son grupos de edad que se constituyen desde la infancia y perduran a través de la vida de los individuos. Los kuagro están conformados por miembros de un mismo rango de edad y, en general, se encuentran ligados a un sector residencial determinado. Los habitantes del barrio arriba tienden a constituir kuagro entre ellos, así como los del barrio abajo. En cada uno de los dos barrios se pueden presentar varios kuagro en el mismo grupo de edad, los cuales gravitan en torno a sectores más concretos que reúnen calles contiguas. La dinámica misma de los kuagro, puede llevar a que se fusionen dos o más de ellos o fragmente uno de ellos dependiendo de las alianzas y tensiones que se establecen al interior y entre los kuagro. Aunque en los inicios los kuagro tienden a ser establecidos entre los pequeños del mismo sexo, un kuagro puede estar fácilmente conformado por dos partes: una masculina y otra femenina. Un individuo no puede pertenecer a más de un kuagro al mismo tiempo. Aunque es más bien extraordinario, un individuo puede cambiar de kuagro. Pero es más común que los individuos se mantengan en el mismo kuagro durante toda su vida. Cada kuagro adquiere un nombre que lo identifica como tal, al igual que cada uno es liderado por uno de sus miembros más destacado. Este liderazgo es ganado desde las acciones mismas que constituyen la cotidianidad de los kuagro. El liderazgo*”

comunidade; também, o ritual fúnebre, denominado de *Lumbalú*²⁹, além de sua língua própria, o único crioulo com base espanhola no mundo.

Mas é na mitologia de ser vindicado como o primeiro povo livre de América que o Palenque de San Basilio se projeta para um protagonismo pelas lutas de emancipação e liberdade, pois San Basilio materializa os esforços engendrados pelos primeiros cimarrones em suas lutas contra a escravidão³⁰:

Palenque es el más importante símbolo viviente de las luchas cimarronas por la emancipación de los esclavizados así como del más significativo proceso de paz adelantado en suelo Americano en el cual La Corona española reconoció su autonomía como pueblo de afrodescendientes.

puede ser disputado y perdido, no es una posición que una vez lograda se mantiene hasta la muerte.” (Restrepo; Palomino, 2005, p. 62).

²⁹ “*El lumbalú constituye el rasgo más característico de los rituales fúnebres en Palenque de San Basilio. Ligado al contexto del velorio del muerto, el lumbalú son cantos de ritualización de la melancolía y el dolor (leco) en el proceso de acompañamiento ritual. El origen del lumbalú se remonta al territorio bantú en el continente africano.14 Etimológicamente está compuesto por el prefijo / lu/ que significa colectivo y /mbalú/ que significa melancolía, recuerdos o reflexión. Este rito se lleva a cabo cuando fallece una persona en Palenque, y se celebra por medio de cantos y bailes alrededor del cadáver; cuando una voz líder es acompañada por un coro que la sigue de manera espontánea durante nueve días y nueve noches*” (Restrepo; Palomino, 2005, p. 63-64).

³⁰ “*La gesta de los palenqueros y palenqueras es prueba singular de la capacidad del ser humano por superar el yugo de la esclavización. Benkos Bioho encarna esta gesta por la libertad y por la dignidad del ser humano. Esto perfila a Palenque de San Basilio como un espacio cultural que amerita ser reconocido por su contribución a la emancipación y dignidad de todos los que han sufrido en carne propia la infamia de su esclavización*” (Restrepo; Palomino, 2005, p. 66).

**CAPÍTULO III - Os afro-colombianos na Assembleia Nacional Constituinte [ANC] de
1991**

Figura 3 - Reprodução por *screenshot* da página 1, da Edição nº 114³¹, da Gaceta Constitucional, presente na Hemeroteca Digital Histórica



Fonte: Gaceta Constitucional (1991)

³¹ Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/3743>. Acesso em 22 abr. 2024.

Figura 4 - Reprodução por screenshot da página 2, da Edição nº 114³², da Gaceta Constitucional, presente na Hemeroteca Digital Histórica.

Página 2 GACETA CONSTITUCIONAL Domingo 7 de julio de 1991

ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE

HORACIO SERPA URIBE Presidente	ANTONIO JOSE NAVARRO WOLFF Presidente	ALVARO GOMEZ HURTADO Presidente
JACOBO PEREZ ESCOBAR Secretario General	FERNANDO GALVIS GAITAN Relator	

COMISION PRIMERA

Presidente: **JAIME ORTIZ HURTADO**
Vicepresidente: **FRANCISCO ROAS BIREY**

ABILLA ESQUIVEL	BERTIZ HURTADO LAIME
AIDA YULANDA	PASTRANA DORRERO MESAEL
ARIAS LOPEZ JAIME	PATINO BORMAZA OTTY
CARRANZA CORONADO	RAMIREZ OCAMPO
MARIA MERCEDES	AUGUSTO
EMILIANO ROMAN RAMUNDO	ROJAS BERRY FRANCISCO
ESQUEBIA PORTOCARRERO	SERPA URIBE HORACIO
JUAN CARLOS	TORO ZUJAGA JOSE GERMAN
LEYVA DURAN ALVARO	URIBE VIRGAS DIEGO
MEJA AGUDELO EABDO	ZALAMEA COSTA ALBERTO

COMISION SEGUNDA

Presidente: **JUAN GOMEZ MARTINEZ**
Vicepresidente: **LORENZO MUELAS HURTADO**

CASTRO LAIME	MUELAS HURTADO LORENZO
ESPINOSA FACIO LANCE EDUARDO	FINEDA ALAZAR HECTOR
FALS BORDA ORLANDO ENRIQUE	RAMIREZ CARDONA AUGUSTO
FERNANDEZ REDONPATZKY	REYES REYES CORNELIO
JUAN B	TRUJILLO GARCIA CARLOS
GERALDS ANGEL CARLOS	HOLMES
FERNANDO	VERANO LA ROSA EDUARDO
GOMEZ MARTINEZ JUAN	ZAFRA BILDAN GUSTAVO

COMISION TERCERA

Presidente: **ALFREDO VAZQUEZ TARRIENKA**
Vicepresidente: **JOSE MATIAS ORTE SARMIENTO**

SCHENBERY URUBURU ALVARO	FABON PABON ROSEMBERG
GALAN SARMIENTO ANTONIO	PALACIO RUDAI ALFONSO
HEREDIA VERGARA HERNANDO	PLAZA ALCID GUILLELMO
LLERAS DE LA FUENTE CARLOS	RODRIGUEZ CEPPEDES ABEL
MEJA BORDA ARTURO	SANTAMARIA DAVILA MIGUEL
NAVARRO WOLFF ANTONIO JOSE	VAZQUEZ CARREROSA ALFREDO
NIETO RIA LUIS GUILLELMO	VELLA RODRIGUEZ PABLO
ORTIZ SARMIENTO	DE JELIS
JOSE MATIAS	YEPES ARCELA FERNANDO

COMISION CUARTA

Presidente: **FERNANDO CARRILLO FLOREZ**
Vicepresidente: **JAIME FJARDO LANDIETA**

ABELLO ROCA CARLOS DANIEL	HOLGUN ARMANDO
CARRILLO FLOREZ FERNANDO	LONDOÑO JIMENEZ HERNANDO
FAJARDO LANDIETA JAIME	SALGADO VASQUEZ JULIO
GARCIA LLOREDA	SIMON
MARIA TERESA	VELASCO GUERRERO
GOMEZ HURTADO ALVARO	JOSE MARIA

COMISION QUINTA

Presidente: **RODRIGO LLOREDA CAicedo**
Vicepresidente: **JAIME BENTEZ TOBIN**

BENTEZ TOBIN JAIME	MARILANDA VELEZ IVAN
CALA HEDERICH	MOLIN GERALDO ENRIQUE
ALVARO FREDERICO	IGNAFO
CHIVAS BOMFRETULLO	OSPINA HERNANDEZ MARIANO
GARZON ANGELINO	OSIA ESCOBAR CARLOS
GUERRERO FIGUEROA GUILLELMO	PEREZ GONZALEZ RUBIO JESUS
HERNANDEZ MONTOTA HELENA	PERRY RUBIO GUILLELMO
HOYOS NARANJO JOSE AR	ROLDAN PARRON CARLOS
LEMOSSIMONIS CARLOS	ROLDAN GEMAN
LLOREDA CAicedo RODRIGO	YEPEZ ARRA ANTONIO

¡Cumplimos!

La GACETA CONSTITUCIONAL ha sido testigo y participe privilegiado en las jornadas de trabajo vividas por los Delegados de la Asamblea Nacional Constituyente, en sus 145 días de deliberaciones.

A no dudarlo, estos cinco meses pasarán a la historia política nacional en el más sentido y valioso de sus marcos.

En una mirada retrospectiva, desde cuando el 9 de febrero el presidente Cesar Gaviria instaló las deliberaciones de la Asamblea Nacional Constituyente hasta su clausura, el 4 de julio, ambas fechas en el año del Señor de 1991, me permito escribir:

En las intensas jornadas de trabajo de las Comisiones Constitucionales, se dio catedra de buen saber y reconocimiento propio de veteranos legisladores. La composición de sus integrantes, heterogénea, multipartidista, multiétnica, multirreligiosa, con ex-guerrilleros, hombres de armas y de montaña, asombro, primerizo, y regocijo después, al país. Todos juntos en Comisión por la mañana y plenarias en la tarde. O comisiones, mañana y tarde, tres, cuatro días a la semana, y el resto, plenarias mañana y tarde. Jornadas de doc, quince o más horas de trabajo. Parecía como una clase de beatos sacerdotes disputando conocimientos de la más variada índole.

Fue todo un espectáculo. De la Comisión Primera, donde abían los Jereches, las Garantías, el Estatuto de la Oposición, a la Comisión Segunda, legislando sobre Ordenamiento Territorial, o a la Comisión Tercera, reservando los candentes temas de Congreso y Estado de Sitio, y pasar, en transición de conciliación y proyectos, a la Comisión Cuarta, con prioridades en Administración de Justicia y Ministerio Público, para llegar, finalmente, a los ámbitos asuntos Económicos y Ecológicos abocados por la Comisión Quinta. Voes con todas las teralidades arrojadas por la serenoridad de los parlantes que hacían hervir de ebullición el Centro de Convenciones "General Jiménez de Guzmán", donde un ejército de asesores, auxiliares, estudiantes, secretarias y pasantes, recorrían incessantemente una y otra Comisión, con notas con textos, con mensajes. Así concienpana y utilizaban la semana. Una y otra en la siguiente, más rica en trabajo, en intervenciones, en conciliaciones, en coarctación.

Así se fueron cocinando más de 140 Proyectos de Actos Reformatorios de la Constitución, con temas como Derechos del Campesino, Derecho de Talía, Bancarrotas para Colombia, Atención a Disminuidos, Crédito, Vivienda, Comercio Exterior, Régimen de Aduanas, Administración de Justicia, Consejo Superior de la Judicatura, Banca Central, Derechos de la Familia, El Niño, La Mujer y la Tercera Edad, Educación y Cultura, Pueblos Indígenas y Grupos Étnicos, los Departamentos, los Municipios, Servicios Públicos, la Región, el Congreso, el Servidor Público, el Fisco General, la Corte Constitucional, etc., etc. Temas que no abocaron los Constituyentes fue porque estaba en letra china, es decir, muerto para nosotros.

Las sesiones plenarias que prendieron interés cuando as cinco Comisiones terminaron su labor, fueron un deleite para todos emocionado por los propios Delegados. Se hizo un trabajo concienzudo, hincado, con altura y responsabilidad. Claro que la adrenalina se subió en muchos casos, pero en esa adrenalina compuesta que hace circular mejor el torrente sanguíneo mostrando un bello asombro, hincado sobre todo, positivo.

Y eso fue bueno. Era tan evidente el deseo de acertar, de hacer bien las cosas, que en el ambiente flotaba un aire de positividad inconfundible, rodeado por igual a Delegados y públicos. No hubo caras disculps y desgracias aun en los momentos de mayor tensión que fueron muy pocos y de poca duración. Nunca dudamos ni por un instante en todo este proceso, del éxito final de la Constitución sabiendo como sabíamos, que día a día crecía el volumen y la calidad de nuestra Carta Magna.

Cumplimos, pues, de hecho y de derecho. Cumplimos con Aclamado, los Delegados, el Gobierno, los Estudiantes y el pueblo colombiano. Incluso cumplimos sus detractores porque el acatar, (la Constitución), también es cumplimiento.

El cumplimiento es un deber que se hace por obligación y necesidad, cuando a él se le agrega entusiasmo y entrega, es un cumplimiento calificado como creemos, fue el de la GACETA CONSTITUCIONAL, para estar al nivel de sus protagonistas. Siempre como se dice en volandas porque aquí el factor tiempo apremió como a oírlo, la GACETA imprimió en este lapso de tiempo, más de tres mil páginas tipográficas que representaron cerca de veinte mil cuartillas mecanografiadas con el pensamiento del hombre y de la mujer colombianos. Ese pensamiento y esa voluntad, que hoy están consignados, para ser de la Patria, en la Constitución de Gaviria y de su Pueblo. Todos cumplimos.

— JACAR MONCAYO —

Digitalizado por la Biblioteca Luis Angel Arango del Banco de la República, Colombia.

Fonte: Gaceta Constitucional (1991)

³² Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/3743>. Acesso em 22 abr. 2024.

A edição nº 114, da *Gaceta Constitucional*, com 36 páginas, datada de 7 de julho de 1991 (domingo), em *Santa Fe de Bogotá*, celebra a promulgação da Constituição de 1991, fruto de todo o trabalho exaustivo das comissões e de todos os constituintes que figuram na capa da edição nº 114, da *Gaceta Constitucional*.

O diário intitulado *Gaceta Constitucional*³³ era a principal fonte de informes e comunicações quanto ao que se estava realizando durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1991. O número de edições do diário consistiu em 144 edições ao longo do ano de 1991, tendo iniciado em 5 de fevereiro de 1991, com o nome de "*Diario de la Asamblea Nacional Constituyente*", sendo posteriormente modificado.

A coleção própria da "*Asamblea Nacional Constituyente - 1991*"³⁴ está catalogada por meio de um menu lateral, com 5 guias principais, a primeira é denominada de "Comisión", dispondo de 7 (sete) opções com as seguintes nomenclaturas e número de arquivos:

Quadro 1 - Comisiones

COMISIÓN	
Comisión Primera	117 arquivos/documentos disponíveis
Comisión Quinta	111 arquivos/documentos disponíveis
Sesión Plenaria	79 arquivos/documentos disponíveis
Comisión Segunda	77 arquivos/documentos disponíveis
Comisión Tercera	74 arquivos/documentos disponíveis
Comisión Cuarta	61 arquivos/documentos disponíveis
Comisión Codificadora	21 arquivos/documentos disponíveis

Fonte: Adaptado a partir de dados da *Asamblea Nacional Constituyente* (1991)

³³ "*La Gaceta Constitucional*", fue una publicación periódica que sirvió como órgano divulgativo oficial de la Asamblea Nacional Constituyente. Su primer número salió al público el 5 de febrero de 1991 bajo el nombre de '*Diario de la Asamblea Nacional Constituyente*', sin embargo, a partir del número 3 cambia su nombre a '*Gaceta Constitucional*'. En sus páginas se publicaron 64 actas de sesiones plenarias, 152 proyectos de ley, 152 ponencias, 112 actas de comisiones, 580 constancias, 76 intervenciones políticas, tres codificaciones de la constitución, el reglamento de la Asamblea, los perfiles profesionales de sus miembros y demás noticias referentes a la Constituyente. El domingo 7 de julio de 1991, la "*Gaceta Constitucional*" en su número 114, promulgó por primera vez la nueva Constitución Política de la República de Colombia, firmada y aprobada solo tres días antes, el 4 de julio de 1991. "*La Gaceta*" finalizó con 144 números que se distribuyeron hasta el 31 de diciembre de 1991. En su redacción participaron Edgar Moncayo como director, Jacobo Pérez Escobar como secretario general, Fernando Galvis Gaitán como relator de la Asamblea, Marleny Hernández, Gilberto Martín y Álvaro León Cajiao como periodista". Descrição presente na página da coleção da Hemeroteca Digital Histórica sobre a *Gaceta Constitucional*.

³⁴ Banco de la República. Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/search>. Acesso em: 18 maio de 2024.

A segunda guia consiste na “*Tema de la Comisión*”, que, pelo nome, é possível já estabelecer, a priori, uma qualificação melhor dos documentos que serão utilizados para a pesquisa e apreensão de sua hipótese. Conforme o quadro abaixo, temos os seguintes temas dispostos pela biblioteca virtual:

Quadro 2 - Tema de la Comisión

TEMA DE LA COMISIÓN	
Principios, Derechos y Reforma Constitucional	118 arquivos/documentos disponíveis
Temas económicos, Sociales y Ecológicos	111 arquivos/documentos disponíveis
Reformas al Gobierno y al Congreso	86 arquivos/documentos disponíveis
Administración de Justicia y Ministerio Público	61 arquivos/documentos disponíveis
Autonomía Regional	60 arquivos/documentos disponíveis

Fonte: Adaptado a partir de dados da *Asamblea Nacional Constituyente* (1991)

A terceira guia é denominada de “Autor”, nela estão dispostos os nomes dos constituintes e uma opção denominada de “*Colombia. Asamblea Nacional Constituyente*”, com 249 arquivos/documentos disponíveis para consulta, que, ao clicar, direciona ao outra guia, denominada de “informes”. A guia seguinte é denominada “Tipo de documento”, disposta em 3 classificações principais, que melhor delimitaram, posteriormente, à guia “autor”, sendo a primeira das classificações os (1) Informes, com 249 arquivos/documentos disponíveis para consulta; a segunda (2) *Proyecto de Reforma Constitucional*, com 129 arquivos/documentos disponíveis para consulta; e, por último, a (3) *Ponencia*, com 110 arquivos/documentos disponíveis para consulta.

Com base nas guias apresentadas acima e com o suporte vindicado pela bibliografia consultada como marco teórico da presente pesquisa, reduzimos nosso campo de análise seguindo as opções disponíveis na guia “Autor”, delimitando mais precisamente para os *Constituintes Fals Borda* e Lorenzo Muelas, que serão melhor explicitados a seguir, por sua importância, sendo o segundo um constituinte indígena, e também nos voltamos mais precisamente para a guia “*Ponencia*”, reduzindo nosso campo de análise a 110 arquivos, qualificados e reduzidos a 3 (três), visto que o constituinte Fals Borda tem 2 (dois) arquivos/documentos e Lorenzo Muelas apenas 1 (um) arquivo/documento.

III.1. Da formação do discurso constitucional no giro multicultural colombiano.

Após a redução do número de arquivos e/ou documentos a serem consultados e analisados para os fins propostos da pesquisa, os catalogados na guia “Ponencia” e, precisamente, a consulta a dois constituintes principais, na guia “Autor”, Lorenzo Muelas Hurtado e Orlando Fals Borda, foi possível chegarmos ao número de 4 documentos principais, presentes na guia “Ponencia”, sendo um deles também classificados na guia “Autor”, e assinados pelos constituintes citados acima.

Os documentos apresentam as seguintes informações principais em suas descrições, permitindo ao leitor acercar-se com mais propriedade e dando ao investigador ferramentas mais precisas, tendo em vista que os conceitos que foram suscitados nos capítulos anteriores servem como guia, tanto de análise como de respostas. O 4 (quatro) documentos estão assim dispostos e localizados:

Quadro 3 - Localização dos documentos

TÍTULO / TIPO DE DOCUMENTO	CONSTITUENTES	DATA DE APRESENTAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Pueblos indígenas y grupos étnicos ³⁵ / Ponencia	(1) Orlando Fals Borda; (2) Lorenzo Muelas Hurtado.	05-04-1991	Entidades territoriales; Indígenas; Grupos Étnicos; Resguardo; Constituyente, 1991; Constitución, 1991; Reformas Constitucionales; Ponencias
Creación de los jueces de paz y reconocimiento de las jurisdicciones étnicas ³⁶ / Ponencia	(1) Jaime Fajardo Landaeta	24-05-1991	Jueces de paz; Administración de Justicia; Constituyente, 1991; Constitución, 1991; Reformas Constitucionales; Ponencias
Del ordenamiento territorial ³⁷ / Ponencia	(1) Gustavo Zafra Roldán	20-05-1991	Entidades territoriales; Divisiones Administrativas y políticas; Constituyente, 1991; Constitución, 1991; Reformas Constitucionales; Ponencias

³⁵ Consultado em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/id/289/rec/66>.

³⁶ Consultado em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/id/285/rec/51>.

³⁷ Consultado em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/id/265/rec/38>.

De los derechos de los grupos étnicos ³⁸ / Ponencia	(1) Francisco Rojas Birry	30-04-1991	Derechos; Grupos Étnicos; Constituyente, 1991; Constitución, 1991; Reformas Constitucionales; Ponencias
--	---------------------------	------------	---

Fonte: coleção “Asamblea Nacional Constituyente - 1991” da Biblioteca Virtual do *Banco de la República de Colombia*.

Os documentos dispostos na tabela acima permitem compreender como o debate em torno dos grupos indígenas e demais grupos étnicos estava sendo apresentado e discutido perante a assembleia nacional que se realizava. Entretanto, não olvidando do número elevado de constituintes, na cifra de 70, é de notar o número reduzido de constituintes preocupados e/ou aproximados com as questões de indígenas e demais grupos étnicos, considerando os que assinam os documentos aí dispostos. Cabe pontuar, também, que os conceitos presentes nos documentos aludem às discussões multiculturalistas, anteriormente discutidas aqui.

O documento “*Creación de los jueces de paz y reconocimiento de las jurisdicciones étnicas*”, do constituinte Jaime Fajardo Landaeta, apresenta um debate incisivo, contemporâneo e de muita relevância para as comunidades negras e demais populações afro-colombianas. O reconhecimento das jurisdições étnicas. Grande parte dos documentos citados acima assumem narrativa de “*Colombia es una nación multiétnica y pluricultural*” (p. 15). Da ponencia apresentada pelo constituinte Jaime Fajardo, o seguinte trecho constitui importante contribuição para o debate do reconhecimento de demais grupos étnicos e indígenas, sobretudo quanto a temática sensível que é a jurisdição desses povos e seus territórios:

Figura 5 - Propuesta personal sobre reconocimiento a la jurisdicción de los grupos étnicos

Propuesta Personal Sobre Reconocimiento a la Jurisdicción de los Grupos Étnicos.
Como considero que las étnias no son solamente una cultura sino también un grupo humano con territorio propio y autonomía, que les permite darse su organización social, económica y política, me propongo avanzar en el estudio de los mismos para salvar la permanencia no solamente de los indígenas sino también de los grupos negros y raizales de San Andrés y Providencia.

Fonte: Trecho reproduzido do documento “*creación de los jueces de paz y reconocimiento de las jurisdicciones étnicas*” (1991, p. 4).

³⁸ Consultado em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/id/317/rec/52>.

No documento “*Pueblos indígenas y grupos étnicos*”, no item 1.3 “*Razones para un cambio de relación con los Pueblos Indígenas y los Grupos Étnicos*”, dos constituintes Orlando Fals Borda e Lorenzo Muelas Hurtado (Constituinte indígena), constitui-se no núcleo de maior robustez para os fins aqui propostos. É nesse documento disposto em 47 páginas que a memória por liberdade e a ancestralidade negra são vindicadas como substrato da garantia por direitos ao território, conforme o trecho que aqui reproduzimos:

En base a estas razones se deduce la necesidad de aceptar para los pueblos indios, así como para las poblaciones negras y raizales de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, el reconocimiento a sus diferencias y derechos fundamentales, dadas las particularidades de su origen y existencia en la Nación colombiana. Los Pueblos Indígenas, como primeros titulares de territorialidad en el país; **los negros, como descendientes de quienes fueron desarraigados de los suyos para venir a constituirse en aportes primigenios de la actual población nacional**; y los isleños por ser expresión de una identidad cultural, lingüística y étnica diferente a la sociedad mayor.

(Ponencia. Pueblos indígenas y grupos étnicos. 1991, p. 5).

No documento “*Del ordenamiento territorial*”, tendo como constituinte ponente Gustavo Zafra Roldan, no item 5.4, “*territorios indígenas*”, é o que contém o maior número de páginas dos documentos analisados (90 páginas). No item citado, é informado que os territórios indígenas e raizales são elevados a categoria de *entidades territoriales*, acrescenta também o comentário do constituinte Lorenzo Muelas comemorando o feito, mas reiterando, igualmente, a importância dos grupos negros nesse processo de reconhecimento:

Figura 6 - Informe de elevação dos territórios indígenas à categoria de *entidades territoriales*.

Los territorios indígenas fueron elevados a la categoría de entidad territorial por el voto de la mayoría de la Comisión Segunda.

El Constituyente Lorenzo Muelas explica textualmente los alcances de las nuevas entidades territoriales indígenas y grupos raizales:

“Correspondió a esta Comisión el desafío histórico de rectificar el olvido constitucional en que venían sumidas las minorías étnicas del país y consagrar los derechos de los pueblos indígenas, como primeros titulares de territorialidad en Colombia, así como de los negros por sus especiales condiciones culturales y el constituir aportes primigenios a la población nacional; y el de los isleños raizales por atravesar problemas específicos que atentan contra su existencia sociocultural.

Fonte: Trecho reproduzido do documento “*Del ordenamiento territorial*” (1991, p. 21).

No documento “*Los derechos de los Grupos Étnicos*”, do constituinte ponente Francisco Rojas Birry, constituinte indígena, contendo 45 páginas, datado de 30 de abril de 1991, produz um compilado das manifestações de diversos constituintes frente aos direitos étnicos e cita cada uma das proposições que eles apresentam para o texto da constituição. É notável que todos os documentos citados apresentam em comum a solicitação de garantia dos mesmos direitos concedidos aos povos indígenas, ou seja, apresentam que os povos indígenas devem ser reconhecidos E, a conjunção de adição, os grupos étnicos, incluindo os negros e raizales nesse interesse mútuo de reconhecimentos. Observa-se, sobretudo para a temática de autonomia, como o documento dos juízes de paz.

III.2. A constituição do corpo noturno dos [novos] constitucionalismos latino-americanos.

Achille Mbembe (2017), na sua obra “Políticas da Inimizade”, refletindo sobre a democracia e suas questões contemporâneas, estabelece o conceito que ganha contornos essenciais para a crítica postulada aqui, é o que ele chama de “corpo noturno da democracia”, mas o que vem a ser esse corpo? E por que noturno? Ele promove uma contribuição, desde África, para uma crítica da contemporaneidade democrática, ao “nosso tempo”³⁹ (MBEMBE, 2017).

Mbembe (2017) apresenta quatro características da contemporaneidade, são elas: (1) o estreitamento do mundo e o repovoamento da terra⁴⁰; (2) a redefinição “do humano no quadro de uma ecologia geral e de uma geografia agora alargada, esférica, irreversivelmente planetária” (Mbembe, 2017, p. 28); (3) a introdução generalizada de recursos tecnológicos, máquinas de cálculo e computacionais em todas as facetas do cotidiano, ou seja, o fenômeno digital; e, por fim, (4) a articulação promovida entre o poder do capital e a capacidade de alteração voluntária da espécie humana.

Para os nossos interesses, dialogamos com a primeira característica, pois os ecos do colonialismo constituem o núcleo de nossos postulados. A crítica de Achille Mbembe dedicada à democracia é voraz. O estreitamento do mundo e o repovoamento da terra estão imersos em sua noção de globalização, ele tributa esses dois fenômenos à oscilação demográfica, beneficiando os mundo do Sul. Com nossa chegada à modernidade, o desenraizamento geográfico e cultural, a deslocação voluntária, ou a implantação forçosa de

³⁹ “um tempo de repovoamento e de globalização do mundo sob a égide do militarismo e do capital e, como derradeira consequência, um tempo que promove a saída da democracia (ou a sua inversão)” (Mbembe, 2017, p. 21).

⁴⁰ Mbembe (2017)

populações inteiras em vastos territórios, dantes habitadas por povos autóctones, constituem acontecimentos decisivos para a modernidade (Mbembe, 2017, p. 22-23).

Pensando o contexto atlântico, ele afirma que existem dois momentos significativos interligados à expansão do capitalismo industrial, dando ritmo ao processo de redistribuição mundial das populações, citado anteriormente. São eles a colonização, início do século XVI, com a conquista das Américas, e o tráfico de escravos negros (Mbembe, 2017). O contexto de formação do pensamento mercantilista no Ocidente coincide com a constituição do comércio negreiro e com a colonização. “O comércio negreiro funcionava com o sangramento e a punção dos braços e das energias mais vitais das sociedades que forneciam escravos” (Mbembe, 2017, p. 22).

Junto à colonização, nas Américas, a mão de obra de origem africana, multifacetada, foi obrigada a trabalhar para o projeto de dominação do ambiente, tornando-o valorizado e rentável. Mais precisamente, o regime da plantação⁴¹ constituindo-se como um dispositivo econômico para os fins coloniais. Esse postulado de Mbembe (2017) fundamenta grande parte das lutas cimarronas, no esteio latino-americano. Ao compreender que é por meio de institutos e instituições econômicas que a desumanização de escravizados negros ganha contornos mais interrelacionados com os discursos políticos e sociais que distanciam o contingente populacional afrodescendente das instâncias de poder, por exemplo, permite-nos ampliar a compreensão da sociopolítica do período contemporâneo às lutas por liberdade engendradas pela *cimarronaje* (Helg, 2018).

Mbembe (2017) pontua que a colonização sempre consistiu em uma tecnologia de regulação dos movimentos migratórios, pois seu funcionamento regulava a excreção dos delinquentes e supérfluos presentes nas nações colonizadoras. Nesse sentido, havia controle social para todos os cidadãos colonos ou das metrópoles. Subsumem, a esse caso, os pobres, vagabundos, delinquentes, ou seja, toda horda de quem era considerado nocivo a sociedade colonizadora⁴² (Mbembe, 2017, p. 23-24).

A tese que nos importa aqui é a que constitui-se no núcleo do que Mbembe (2017) afirma, contundentemente, quanto à democracia, ou seja, que a força das democracias modernas valem-se de sua capacidade de se reinventarem e inventarem constantemente, e não

⁴¹ “O regime da plantação foi, antes de mais, o das florestas e das árvores que regularmente teriam de ser cortadas, queimadas e abatidas; o do algodão ou da cana de açúcar que deviam substituir a natureza preexistente, de paisagens antigas que era preciso destruir, e o do regime de um ecossistema que era preciso substituir pelo agro-sistema” (Mbembe, 2017, p. 23).

⁴² Do século XVI ao XIX, estas duas modalidades de repovoamento do planeta pela predação humana, a extração de riquezas naturais e a ocupação de grupos sociais subalternos, constituíram questões econômicas, políticas e, muitos aspectos, filosóficas importantes da época (Mbembe, 2017, p. 24).

somente em forma, mas na ideia e no conceito, e que, para isso, o fizeram às custas de dissimulação e ocultação das suas origens na violência (Mbembe, 2017, p. 31-32).

Refletindo sobre o caso dos Estados Unidos, aponta que aquela sociedade constitui-se em uma democracia de escravos. Ademais, dialogando com W. E. B. Du Bois, recorda, em *Black Reconstruction*⁴³, o paradoxo que circunda esta nação, no tocante a proclamação da igualdade dos homens, ao passo que os escravos encontram-se na mesma posição de estrangeiros, os estrangeiros de dentro. Assim, ele afirma que a democracia de escravos caracteriza-se pela sua bifurcação, onde coabitam duas ordens: a comunidade de semelhantes, regida pela lei da igualdade, e a categoria dos não-semelhantes, ou os sem-lugar⁴⁴, instituída por lei (Mbembe, 2017, p. 34).

Ele conclui sua exposição quanto ao que ele identifica como corpo noturno das democracias, o repositório amargo da democracia composto pelo sistema colonial e o sistema escravagista e, ademais, em um revezamento de opressão três regimes estão intimamente interligados: o regime da plantação, o regime da colônia e o regime da democracia. “Um concede ao outro sua aura, numa estrita relação de distância aparente e de proximidade e intimidade reprimidas” (Mbembe, 2017, p. 38-39).

III.3. A Ley 70 de 1993 delineando contornos para uma geopolítica *amefricana*.

Margarita Serje (2011)⁴⁵, antropóloga social, na sua obra “*El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*”, inicia sua exposição compartilhando da visão de Gil (2014) quanto a uma posição bastante negativa dos processos sociopolíticos presentes no imaginário colombiano. E não é por menos. Afirma que a Colômbia constitui-se enquanto um país fragmentado, pois a presença de exércitos privados, de guerrilhas e grupos de paramilitares disputam insistentemente o controle territorial do país (Serje, 2011, p. 15).

Reitera, como já pontuado, que o estado colonial colombiano não logrou se impor sobre a totalidade do território que se constitui hoje como Colômbia. A partir desses discursos, refletidos por toda a literatura colombiana concernente à sociopolítica do país, a

⁴³ W. E. B. Du Bois. **Black Reconstruction in America**, 1860-1880, Free Press Edition, Nova Iorque, 1998 [1935].

⁴⁴ “os sem-lugar não têm qualquer direito a ter direitos. São regidos pela lei da desigualdade. Esta desigualdade e a lei que a institui e na qual se baseia fundam-se no preconceito de raça. Tanto o próprio preconceito como a lei que o fundamenta permitem manter uma distância quase inultrapassável entre a comunidade dos semelhantes e dos seus outros. Se se considerar uma comunidade, a democracia de escravos não pode ser senão uma comunidade de separação” (Mbembe, 2017, p. 34).

⁴⁵ SERJE, Margarita Rosa de la Ossa. *El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie* / Margarita Serje. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2011, 368 p.

autora introduz o contraponto de suas colocações: as frentes de resistências indígenas e cimarronas⁴⁶ (Serje, 2011, p. 15-16). Aponta que existem textos constitucionais, a exemplo da Constituição de 1863, estabelecendo extensões territoriais “selvagens” ao largo do território colombiano, que possuem potencial econômico, mas que são impossíveis de serem governados em razão de seu contingente populacional ser dotado de “tribus salvajes”, ou tribos selvagens, sendo conhecidos também como territórios especiais, ou *baldíos* (Serje, 2011).

Serje (2011) articula em seu trabalho uma cronologia afeta ao território colombiano, buscando evidências as decisões e os projetos políticos que foram construídos pelas elites locais, e nacionais, visando garantir o controle de todas as regiões. No mesmo sentido da literatura crítica, a partir de uma cronologia resumida dos políticos-geógrafos do século XIX que fizeram parte da política, eram geógrafos e pensavam uma economia da territorialidade visando as *tierras baldías*, conceito-chave para o Artigo Transitório 55, uma vez que as *tierras baldías*, sobretudo no pacífico colombiano, são habitadas por comunidades negras.

Efraín Sánchez, en su enciclopédico libro Gobierno y geografía, además de recopilar en detalle las hazañas y vicisitudes de Agustín Codazzi y la Comisión Corográfica de la Nueva Granada, **llama la atención hacia el hecho de que muchos de los políticos del siglo XIX de la que es hoy Colombia fueron geógrafos.** Por un lado, su ejercicio académico como tal fue de gran importancia para la creación de una imagen fundacional de la nación, así como de su territorio y de sus habitantes, y, por otra parte, **imprimieron en la gestión del Estado las urgencias de esta mirada. Este ímpetu geográfico fue especialmente liderado, [...], por los que se conocen en la historia colombiana como los Radicales del siglo XIX, quienes impulsaban el proyecto liberal-laico e individualizante, inspirado en el modelo británico, con el que buscaban sustituir el modelo colonial español.** El interés geográfico hizo parte indudablemente de la búsqueda de lo que Frank Safford ha llamado “el ideal de lo práctico”, es decir, del logro de la tecnificación y la normalización disciplinarias necesarias para el progreso, puestas en marcha por las élites liberales neogranadinas durante el siglo XIX. Estas iniciativas incluyeron, entre otras, la creación de la Universidad Nacional, con énfasis en las ciencias y la ingeniería; la Escuela Militar de Ingenieros y, evidentemente, la Comisión Corográfica. Esta empresa se consideraba de vital importancia para la

⁴⁶ “Se convierten desde entonces en “confines” y territorios de refugio para las poblaciones marginales en la sociedad colonial (los “arrochelados”, que, además de indios bravos y esclavos fugitivos, incluían toda la gama de mestizos, zambos y mulatos, así como colonos pobres españoles venidos ilegalmente, hechiceras y hierbateras, desertores, vagabundos e incluso leprosos), como también para el conjunto de actividades ilegales asociadas al contrabando (de esclavos, armas, ron, harinas, tabaco). Este espacio permitió el desarrollo de sociedades de resistencia, relativamente autónomas, producto de nuevas alianzas y configuraciones indígenas, como en el caso de la Sierra Nevada de Santa Marta, el de la Alta Guajira o el del Catatumbo; o indígenas y cimarronas, como en el caso del Darién y del litoral pacífico; o mestizas, como en el caso del Medio Magdalena o de la serranía de San Lucas. Fueron habitados por poblaciones de “libres de todos los colores” y por diversos grupos de arrochelados, lo que los convirtió en objeto de una ambiciosa empresa de refundación adelantada por la Administración borbónica a finales del siglo XVIII, que no logró a fondo su cometido. Para la república naciente del siglo XIX, eran considerados como “baldíos” que guardaban enormes tesoros y oportunidades, que iban desde riquezas minerales y vegetales hasta la posibilidad de abrir canales interoceánicos y rutas fluviales que cruzaran el continente” (Serje, 2011, p. 16).

administración técnica y racional del espacio nacional. Buscaba, además de levantar un mapa del territorio nacional, conocer y cuantificar las tierras baldías, sus recursos y sus poblaciones, así como determinar la viabilidad técnica para la apertura de caminos y canales interoceánicos: es decir, para la ampliación del comercio y, por ende, de la civilización, que se consideraban como los intereses centrales de la nación. Significativamente, esta obra fue comisionada al coronel italiano Agustín Codazzi, legitimando y oficializando así el punto de vista que las élites querían consolidar para sustentar su visión de la geografía del país: el de los ojos del viajero europeo. La mirada imperial.

(Serje, 2011, p. 115-116, grifos próprio)

Tal cronologia nos informa, assertivamente, como os interesses coloniais ainda perpassam as relações contemporâneas na Colômbia. As comunidades negras não enfrentam ameaças somente por parte da miríade de sujeitos belicosos presentes no contexto sociopolítico do país, mas também do próprio estado, com suas agendas econômicas liberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa construiu, como hipótese inicial, o entendimento de que a memória das lutas reivindicatórias de liberdade e sobrevivência, engendradas pelos escravizados africanos no esteio do estado colonial, compõe grande parte do imagético das lutas contemporâneas, instituídas por seus herdeiros. A gramática da diáspora africana é rememorar o passado, mas não se limitar a ele. É nesse sentido que a luta por acesso à terra engendada pelas populações das comunidades negras colombianas, desde a promulgação do Artigo Transitório 55, tem demarcado.

Inicialmente, compreendemos que a disputa que ocorre no contexto do multiculturalismo perpassa, precisamente, pela noção de reconhecimento, e que esse reconhecimento deve ser dialógico. Logo, as reivindicações almejadas pelos grupos étnicos, mundo afora, considerando que grande parte das sociedades contemporâneas sejam multiétnicas e pluriculturais, sobretudo os grandes centros urbanos e principais metrópoles.

Nesse sentido, a teoria de reconhecimento de Charles Taylor (2009), permitiu-nos empreender aportes necessários para uma compreensão maior das reivindicações almejadas por grupos étnicos e demais “minorias” sociais presentes nas sociedades modernas, multiculturais e pluriétnicas, cada vez mais. Desde a noção de reconhecimento dialógico, é necessário que se reitere o falseamento que ainda pode ocorrer, tendo em vista que se produzem estereótipos que vulnerabilizam ainda mais grupos social e historicamente marginalizados e prejudicados, herdadas de um passado colonial sangrento que insiste em materializar sua face mais oculta.

Depois, compreendemos que, no novo constitucionalismo latino-americano, palco de importantes reflexões e travamentos epistemológicos atuais, ainda persiste a face noturna, herdeira direta dos silenciamentos e violências dedicadas às populações afrodescendentes, em grande parte da América Latina. A resposta oferecida por esse expressivo contingente populacional consiste na disputa dialógica e constitucionalizada de que suas vidas e suas reivindicações são importantes e devem ser reconhecidas como parte da metafísica social e política contemporâneas.

Em mesmo sentido, é que a importância das memórias construídas e reiteradas pela diáspora africana, na América Latina, sobretudo, conglomeram grande parte do *ethos* de denúncias e reivindicações, não significando ressentimentos e rancores, pois se trata de fatos históricos que devem ser tratados, refletidos e referenciados para que se aprenda lições valiosas e não se repita erros grotescos e desumanizadoras. É com esse pano de fundo que

devemos pensar a memória cimarrona e ou o fenômeno da *cimarronaje*, como uma metafísica maior de existência, que encontra reflexos na diáspora africana como um todo, sobretudo a presente na América Latina.

É com esse intento que voltar-se para eventos históricos, como os processos constituintes latino-americanos, permitem-nos compreender os caminhos e as encruzilhadas que foram experienciadas, para que se entenda e se celebre os avanços que foram alcançados, mesmo que poucos, mas que anteriormente não se vislumbrava quaisquer possibilidades. São mudanças metafísicas, por vezes mínimas, que permitem grandes avanços e, com isso, vincula-se presente, passado e futuro. É essa a principal lição das lutas reivindicatórias por direito ao território, encerradas nas reivindicações de comunidades negras, na Colômbia, e por comunidades quilombolas no Brasil.

O presente trabalho não logrou dialogar mais proficuamente com a geografia política, mas reitera-se ao querido leitor que as lutas das comunidades etnicorraciais, que levam ao centro de sua gramática as reivindicações por território, disputam sentidos geográficos que não devem ser menosprezados. No contexto colombiano, por exemplo, os *desplazamientos forzados* constituem grande violência e atualização dos influxos coloniais impostos aos palenques, no estado colonial. A rememoração do lado oculto do passado colonial, em que os palenqueiros deviam estar vigilantes sempre, consideram que, a qualquer momento, sua paz e liberdade estariam ameaçadas por lampejos de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUDELO, Carlos Éfren. La Constitución política de 1991 y la inclusión ambigua de las poblaciones negras. In: AROCHA, Jaime, (compil.). **Utopia para los excluidos**. El multiculturismo en Africa y América Latina, CES, 2004.

ALMARIO, O. Desesclavización y territorialización: el trayecto inicial de la diferenciación étnica negra en el Pacífico sur colombiano, 1749-1810. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera (Ed.). **Afrodescendientes en las Américas: trayectorias sociales e identitarias: 150 años de la abolición de la esclavitud en Colombia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; CANH, 2002, p. 45-74.

BANCO DE LA REPÚBLICA. [Site institucional]. Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll28/search> Acesso em: 18 maio de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf Acesso em: 23 maio. 2024.

BARRETO SÁ, Gabriela. **A América afro-latina enquanto um desafio ao novo constitucionalismo latino-americano: o caso dos afro-bolivianos**. p. 293-316. In: TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco (Org.). Goiânia : Ed. da PUC Goiás, 2016. 408 p.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: Reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/?lang=pt#ModalTutors> Acesso em: 23 maio 2024. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>

BERNARDINO-COSTA, Joaze. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

CELLARD, André. A análise documental. p. 295-316. In: POUPART, Jean *et al* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

FRIEDEMANN, Nina S. de. Huellas de Africanía en Colombia: nuevos escenarios de investigación. Thesaurus. **Boletín del Instituto Carcfo y Cuervo**, 1945-1999. T. 47, n. 3, p. 543-560, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.caroycuervo.gov.co/741/1/TH_47_003_071_0.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2023. p. 192.

GIL, Ricardo Zuluaga. Historia del constitucionalismo en Colombia. Una introducción. **Estudios de Derecho**, v. 71, n. 157, p. 99-129, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/red/article/view/21659> Acesso em: 23 maio 2024. <https://doi.org/10.17533/udea.esde.21659>

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo Religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na Pandemia Covid-19. Dossiê Religiões na Pandemia. **Religião e**

Sociedade, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 49-74, maio 2021.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/4JrSBZDRqG8c9RJzCfxz4BN/?lang=pt#> Acesso em: 25 maio 2024. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap02>

HELG, Aline. **¡Nunca más esclavos! Una historia comparada de los esclavos que se liberaron en las Américas**. Bogotá : FCE, Banco de la República, BLaa, 2018. 416 p.

HOOKER, Juliet. Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina.

Tempo Social, v. 18, n. 2, p. 89–111, nov. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/tdY77pWb6KDHc4QjczW5NBS/#:~:text=A%20Am%C3%A9rica%20Latina%20apresenta%20um,maioria%20dos%20pa%C3%ADses%20da%20regi%C3%A3> Acesso em: 22 maio 2024. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200005>

HUMAN DEVELOPMENT REPORTS (PNUD). [Site institucional]. Disponível em:

<https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks> Acesso em: 18 MAIO 2024.

KYMLICKA, Will. **Ciudadania Multicultural**, Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 1996. 300 p.

KNIGHT, Franklin W. A diáspora. In: ADE AJAYI, Jacob Festus. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MIRANDA, Pedro; MAGNOLO, Talita. Os usos do passado em tempos de pandemia: a pesquisa documental em acervos online em investigações sobre a historiografia da mídia. **Studies in Multidisciplinary Review**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 61-78, apr./jun., 2022.

Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/smr/article/view/527>

Acesso em: 22 mai. 2024.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anitta Garibaldi, 2014. 5. ed. coedição com a Fundação Maurício Grabois

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância Pan-africanista**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NAVARRETE, María Cristina. Cimarrones y palenques en las provincias al norte del Nuevo Reino de Granada siglo XVII. **Fronteras de la Historia**, v. 6, p. 97-122, dez./2001.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/833/83306004.pdf> Acesso em: 22 mai. 2024.

<https://doi.org/10.22380/20274688.703>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). [Site institucional]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 18 maio 2024.

PALOMINO, Jesús Natividad Pérez. Palenque patrimonio oral e inmaterial: entre lo tuyo y lo mío. **Revista Anaconda**. Fundación BAT. Colombia: Bogotá, 2006, p. 50-62.

PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rubén Martínez. El nuevo constitucionalismo latinoamericano: fundamentos para una construcción doctrinal. **Revista general de derecho público comparado**, v. 9, p. 1-24, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349029222_El_nuevo_constitucionalismo_latinoamericano_fundamentos_para_una_construccion_doctrinal Acesso em: 23 maio 2024.

PORTELA, A. K. O. **Produção cartográfica**. Projeção policônica, Sistema de Coordenadas Geográficas, 2021.

PIRES, Thula. Por um constitucionalismo ladino-amefricano. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.).

Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019, p. 285-304. 2 ed.; 1. reimp.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 31. 2. ed.

REGINATO, Andréa Depieri de A. Uma introdução à pesquisa. In: MACHADO, Máira Rocha. (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito.** São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 189-224.

REPÚBLICA DA COLÔMBIA. Ministério da Cultura, Instituto Colombiano de Antropología e História (ICANH). **Palenque de San Basilio:** obra maestra del patrimonio intangible de la humanidad. Disponível em:

<https://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/03-Presentacion-Dossier-Unesco---Palenque-de-San-B.pdf> Acesso em: 11 mai. 2021.

RESTREPO, Eduardo; PALOMINO, Jesús Natividad Pérez. San Basilio de Palenque: caracterizaciones y riesgos del patrimonio intangible. Jangwa Pana. **Revista del Programa de Antropología de la Universidad del Magdalena**, n. 4, 2005, p. 58-69. Disponível em:

<https://www.aacademica.org/eduardo.restrepo/100.pdf> Acesso em: 23 maio 2024.

ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera. Las trayectorias sociales e identitarias de los afrodescendientes. In: ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera. (Ed.). **Afrodescendientes en las Americas: trayectorias sociales e identitarias:** 150 anos de la abolicion de la esclavitud en Colombia. Bogota (COL); Bogota: Universidad Nacional de Colombia; CANH, 2002, p. 13-41. Disponível em: <http://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:010029702> Acesso em: 22 mai. 2024.

ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera. La memoria del cimarronaje como patrimonio: reparación simbólica para los afrocolombianos habitantes de San Basilio de Palenque. **Revista Anaconda**, Bogotá, p. 16-26, mai./2006.

ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera. Los Bicentenarios de las Independencias y la ciudadanía diferenciada étnico-racial negra, afrocolombiana, palenquera y raizal. In: ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera (Ed.). **Acciones Afirmativas y ciudadanía diferenciada étnico-racial negra, afrocolombiana, palenquera y raizal:** entre Bicentenarios de las Independencias y Constitución de 1991. Bogotá: Centro de Estudios Sociales – CES, 2009. p. 1-64. Disponível em:

https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/%25f/agora/files/acciones_afirmativas_y_ciudadania.pdf Acesso: 22 maio 2024.

SERJE, Margarita Rosa de la Ossa. **El revés de la nación:** territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2011. 368 p.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y "La política del reconocimiento";** tradução de Monica Utrilla de Neira, Liliana Andrade Llanas, Gerard Vilar Roca. 2. ed. México: FCE, 2009.

TOVAR, Hermes. **De una chispa se forma una hoguera:** Esclavitud, insubordinación y liberación. Tunja: Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 1992.

WABGOU, Maguemati.; RODRÍGUEZ, Jaime Arocha.; CASSIANI, Aiden José Salgado; OSPINA, Juan Alberto Carabalí. **Movimiento social afrocolombiano, negro, raizal y palenquero:** el largo camino hacia la construcción de espacios comunes y alianzas

estratégicas para la incidencia política en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 2012. 352 p. Disponível em: <https://jaimearocha.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/movimiento-social-afrocolombiano-negro-raizal-y-palenquero.pdf> Acesso em: 23 maio 2024.

ANEXOS

Nota explicativa: foram anexados 2 (dois) dos 4 (quatro) documentos analisados, conforme o item iii.i, do capítulo 3 deste trabalho:

- O documento “*Creación de los jueces de paz y reconocimiento de las jurisdicciones étnicas*”, do constituinte Jaime Fajardo Landaeta, por sua contribuição ainda contemporânea ao debate pós-1991; e
- Algumas páginas do documento de Edição nº 114, de *La Gaceta Constitucional*, que publiciza a promulgação da Constituição Política de 1991.

Asamblea Nacional Constituyente

Secretaría General

Comisión
Primera
y
Cuarta

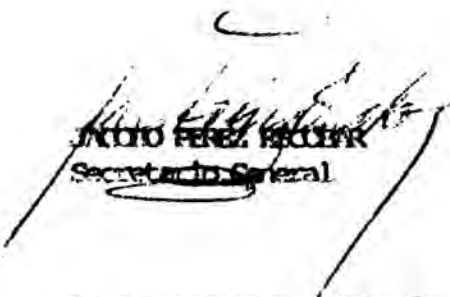
Bogotá, D.F., 24 de mayo de 1991

Señor
JUAN MONDINO
Coordinador de la Gaceta Constitucional
E. S. D.

Estimado señor:

Conforme lo dispone el artículo 37 del Reglamento de la Asamblea, me permito enviarle copia del informe presentado por la Comisión Primera Cuarta sobre el tema **CRUCIUM DE LOS JUECES DE PAZ Y REINICIO DE LAS JURISDICCIONES EPISCOPALES** del Constituyente Jaime Pizarro Landota para publicación en la Gaceta Constitucional a fin de que se pueda dar el primer debate en plenaria.

Atentamente,


JUAN PÉREZ RECARTE
Secretaría General

C.C. Relatoría, Relatoría Auxiliar, Subsecretaría y Centro de Computo.

JPE/lm

Recibido Abril 24/90
Hora: 5:05 pm
E. Costa.

BANCO DE LA REPUBLICA
BIBLIOTECA LUIS ANGEL ARANGO
PROCESOS TECNICOS

288754

AEW 1826

Titulo Constitucional

Ene/94 Procto 3

347.04
F14C

INFORME PONENCIA PARA PRIMER DEBATE EN PLENARIA

Constituyente: **JAIME FAJARDO LANDAETA**

CREACION DE LOS JUECES DE PAZ Y RECONOCIMIENTO DE LAS JURISDICCIONES ETNICAS

Me ha correspondido presentar el informe ponencia para primer debate en la Plenaria de la Asamblea Nacional Constituyente sobre los Jueces de Paz y el Reconocimiento de las Jurisdicciones Etnicas.

Desarrollaré el trabajo ateniéndome al siguiente esquema metodológico:

- 1- Jueces de Paz, Sustentación y Articulado;
- 2- Jueces Indígenas, Sustentación y Articulado;
- 3- Propuesta Personal sobre Reconocimiento de la Jurisdicción de los Grupos Etnicos, abonándola con las características de los grupos étnicos, resumiendo sus derechos y adicionando las conclusiones de la Comisión con unos elementos que permitan el reconocimiento, no sólo de la jurisdicción indígena sino también de las jurisdicciones de otras comunidades étnicas nacionales, a saber: Los negros y los raizales de San Andrés y Providencia.

De Los Jueces de Paz.- Parece que existe un acuerdo tácito de todos los Constituyentes sobre la necesidad de la creación de los Jueces de Paz.

La Comisión Cuarta estatutaria de la Asamblea fué unánime en acoger la idea de crear constitucionalmente esta figura que la Constituyente María Teresa Garcés Lloreda denomina bellamente "Jueces de Paz, orden y convivencia."

Esta figura que, como bien lo conocen los Constituyentes, fue analizada por el suscrito delegatario en la Gaceta # 66, páginas 14 y siguientes, tiene vigencia en Uruguay, Perú y Brasil, así como en la República Dominicana, y al parecer, según lo expuso el Constituyente Carlos Daniel Abello Roca en el Heraldo de Barranquilla del 15 de Marzo de 1991, también la tuvo en nuestro suelo:

"Aunque la denominación pertenece a una más reciente literatura jurídica, estas autoridades suscitan en América Hispana reminiscencias coloniales. Como lo recuerda un historiador santafereño, la Corono había dispuesto administración "Salomónica" de la disputa cotidiana, la de los chicos pleitos de la gleba, que escapaban al buen Gobierno de "Cabildo, Justicia y Regimiento".

El sistema permitió sortear sin mayores sobresaltos el que, de otra forma, hubiese sido dramático lance entre el apasible asiento de indios y meztizos y la arrogancia aquilina de los conquistadores".

Es una clara advertencia de los peligros que la inadecuada atención de los asuntos cotidianos de la comunidad representa como elemento perturbador de la paz, se lee en el mismo columnista lo siguiente:

“Creemos que la crisis que nos asola comienza por la inadecuada atención que se presta a los problemas de policía, a las diferencias entre vecinos. Aunque jurisperitos y criminalistas miren con desdén esas refriegas de barriada, la verdad es que de su descuido nace la decreciente fé en una convivencia organizada. De allí, al “ Sálvate y Defiéndote como puedas ”, con fuerza y argumentos propios, hay un paso apenas a la violencia ”.

Sostuvimos en el estudio que aparecen en la Gaceta = 66, al cual remitimos, que los Jueces de Paz son mecanismos populares para la solución de conflictos de policía, cuya función será dimensionada al ponerse en ejecución las creaciones de la nueva Carta atinentes a la consagración de los Derechos Humanos, a la protección del invaluable valor de la convivencia, a la tutela de los derechos colectivos y a la defensa del medio ambiente.

Fueron muchos los Constituyentes y entidades que propusieron la creación de los Jueces de Paz: María Teresa Garcés, Alianza Democrática, Carlos Daniel Abelo Roca, Gobierno, Juan Gómez Martínez y Hernando Londoño Jiménez, Lorenzo Muelas y Francisco Rojas Birry.

De todas las propuestas y de la escasa literatura que existe sobre los Jueces de Paz, se desprenden los elementos conceptuales que permiten la construcción jurídica de la figura en la Carta Constitucional: Orígen y elección populares; respetabilidad dentro de la comunidad; fallos en equidad, sin formulismos legales preestablecidos. La moral media cultural del conjunto social al que pertenece el Juez de Paz es la columna vertebral que guía la erección de la figura del Juez de Paz en la Carta Magna.

La Comisión Cuarta acogió por unanimidad la norma que se contiene en el siguiente proyecto de artículo, tal como se aprecia en el Acta =30 de la sesión del 15 de Mayo de 1991:

"ARTICULO.- LOS JUECES DE PAZ SERAN ELEGIDOS POPULARMENTE Y
RESOLVERAN EN EQUIDAD Y SIN FORMALIDADES PROCESALES LOS
CONFLICTOS INDIVIDUALES Y COMUNITARIOS QUE DETERMINE LA
LEY".

Sin duda, los Jueces de Paz serán cada vez más útiles para resolver de manera pronta y eficaz conflictos individuales o colectivos de la ciudadanía. Con mayor razón, en las unidades residenciales que se han puesto de moda en el país, en cuyos reglamentos podrán las juntas administradoras estipular los mecanismos de elección, una vez que el legislador haya definido los conflictos que podrán someterse a su conocimiento.

De los Jueces Indígenas .- También en la gaceta =66 aparece el informe-ponencia relativo al reconocimiento de las jurisdicciones étnicas, página 15. En el trabajo que allí aparece se desarrollan unos antecedentes históricos y se sustenta la jurisdicción en la consideración de que Colombia es una nación multiétnica y pluricultural, por lo cual los grupos étnicos tienen sus formas propias de organización, además de sus propios mecanismos de solución de conflictos, complementados con las formas jurídicas que las étnias han asimilado de nuestro sistema.

Las jurisdicciones de las etnias indígenas y de los demás grupos son eficaces mecanismos de control social.

En la ponencia repartida por la Organización Nacional Indígena de Colombia "ONIC" en noviembre de 1990, durante la campaña por la elección para la Constituyente, nos permiten extraer las siguientes anotaciones que podrían ilustrar nuestro punto de vista.

- "1. La propuesta de Reforma Constitucional y la amplitud que le dió la Corte Suprema de Justicia abre un camino para que los indígenas participemos en los debates y podamos exponer nuestros puntos de vista frente a la nación colombiana, y ante todo, nuestros derechos, que como grupos humanos con particularidades culturales propias, tenemos dentro de esta nación.

- "2. Hay en la actualidad cierta receptividad frente a las propuestas que los grupos indígenas, representados en nuestra organización nacional, la ONIC, vamos a presentar a la Asamblea Nacional Constituyente. Esta receptividad ha sido fundamentalmente un logro de las luchas indígenas, pero también se debe a las presiones de un hecho coyuntural: La cercanía de los 500 años de advenimiento de los europeos a tierras americanas, pues muchos gobiernos latinoamericanos no quieren llegar a 1992 sin exhibir algún género de renovación de los ordenamientos legales en favor de los indígenas, de acuerdo con las recomendaciones de muchas entidades que trabajan en el campo de los derechos humanos y de los derechos de los pueblos indígenas de América. Consideramos entonces, que el Gobierno y la sociedad colombiana no deben sustraerse a esta tendencia general.

- "3. Nos anima entonces la perspectiva, de que nuestras propuestas recibirán el apoyo de amplios sectores de la población colombiana, y que estas serán discutidas en la Asamblea Nacional Constituyente con un espíritu amplio, generoso y solidario, que busque la concertación y **no el rechazo e imposición, actitud que ha caracterizado a las clases dirigentes latinoamericanas frente a sus grupos étnicos. No queremos significar con esto, que nuestras propuestas sean acogidas en forma paternalista**"... (negrillas nuestras)

Parece indiscutible que la Comisión Cuarta ha entendido que las comunidades indígenas tienen una identidad inconfundible y que es necesario reconocer esa diferencia en el terreno de la solución de conflictos o administración de justicia. Treinta mil años de existencia de los aborígenes en estos territorios les ha dado la consistencia necesaria como para no ser destruída su cultura, sus usos y costumbres, por quinientos años de persecución y adoctrinamiento

Bien dibujada como se encuentra en Colombia la cultura indígena, la Comisión definió unos criterios para confeccionar la norma que reconoce la jurisdicción indígena, no así las jurisdicciones propias de los negros y de los raizales de San Andrés y Providencia. El siguiente artículo reúne los criterios aprobados en la Comisión:

ARTICULO.- " A LOS GRUPOS ETNICOS INDIGENAS, SE LES RECONOCERA LA JURISDICCION INTEGRADA POR SUS PROPIAS AUTORIDADES QUE JUZGARAN CONFORME A SUS TRADICIONES Y COSTUMBRES, DENTRO DE SU AMBITO TERRITORIAL. LA LEY ESTABLECERA LOS MEDIOS DE ARTICULACION CON LA JURISDICCION ORDINARIA".

Propuesta Personal Sobre Reconocimiento a la Jurisdicción de los Grupos Etnicos.-

Como considero que las étnias no son solamente una cultura sino también un grupo humano con territorio propio y autonomía, que les permite darse su organización social, económica y política, me propongo avanzar en el estudio de los mismos para salvar la permanencia no solamente de los indígenas sino también de los grupos negros y raizales de San Andrés y Providencia.

De los Grupos Étnicos.- En las Comisiones Primera y Segunda de la Asamblea se ha reconocido que Colombia es una nación multiétnica y pluricultural y al aprobarse que los indígenas deben tener unos territorios reconocidos por la Ley y dársele a San Andrés un tratamiento especial, es necesario asumir todas las consecuencias de semejantes reconocimientos.

Proyectos de los Constituyentes: Fueron muchos los Constituyentes que presentaron propuestas reconociendo de una u otra manera la identidad de los grupos étnicos, que los diferencia del resto de la nación colombiana. Alfredo Vásquez Carrizosa y Aida Abella, Antonio Navarro y Otros, Fernando Carrillo, Eduardo Espinosa Faciolince, Iván Marulanda, Gustavo Zafra, Ignacio Molina, Juan Gómez Martínez y Hernando Londoño Jiménez, Guillermo Plazas Alcid, Antonio Galán Sarmiento, Misael Pastrana, Augusto Ramírez Ocampo y Otros, el Gobierno Nacional y la Subcomisión de Igualdad y Carácter Multiétnico de la Comisión preparatoria de los Derechos Humanos. Desde luego que también se hicieron presentes los indígenas con proyectos más o menos completos, entre los cuales se destaca el de Francisco Rojas Birry y el de Lorenzo Muelas Hurtado.

De todas las propuestas se pueden integrar elementos que permiten definir a los grupos étnicos de una manera bien clasificada por Francisco Rojas Birry en el estudio que aparece en la Gaceta Constitucional #67. Esos elementos son:

- 1- La identidad cultural
- 2- La autonomía, reconocida por el propio Gobierno
- 3- La necesidad de hacer respetar su derecho a una educación ajustada a sus tradiciones
- 4- El derecho a la lengua como elemento fundamental de comunicación;
- 5- El derecho a la propiedad sobre su territorio;

- 6- El derecho a un régimen especial;
- 7- El derecho a tener sus propias autoridades
- 8- El derecho a ejercer jurisdicción en sus territorios, articulado al sistema judicial nacional;
- 9- El derecho a concertar las decisiones que los afecten;
- 10- A que la legislación posterior no desconozca los derechos reconocidos por disposiciones anteriores;
- 11-El derecho a la representación política mediante el establecimiento de una circunscripción especial;
- 12- El derecho a requerir la participación del Estado en la reconstrucción económica y social de sus sociedades;
- 13- Derechos económicos y de objeción cultural;
- 14- Y, finalmente ,el derecho de acceder a los beneficios del desarrollo económico acorde con sus tradiciones y culturas.

Características que definen a una Grupo Etnico como sujeto de Derechos: El mismo Rojas Birry en la ponencia aludida, expuesta en la Gaceta #67, Página 17, sintetiza los elementos estructurales que desde el punto de vista sociológico definen a un grupo étnico. Esos elementos son: Poseer un legado cultural tradicional; tener un sentimiento de pertenencia al grupo étnico; contar con formas propias de organización social distintas a las de la sociedad nacional; contar con formas de control social propias que aseguren la cohesión social del grupo; ocupar tradicionalmente un territorio; tener una lengua propia a través de la cual se conserve su legado cultural; y, finalmente, haber aportado históricamente elementos culturales a la identidad de la sociedad nacional.

Si los anteriores elementos se reúnen no solamente en las comunidades indígenas (lo cual parece evidente e indiscutible) sino también en las comunidades negras de Colombia y en los raizales de San Andrés y Providencia, entonces es necesario dotarlos de los derechos básicos para no poner en juego su existencia como grupo, lo cual no lo perdonaría la historia. Y esos derechos básicos son el de respeto a su identidad cultural, el de darse su propia organización social, económica y política, sin detrimento de la unidad nacional; el derecho al territorio donde se desarrollan; el derecho a participar en la vida política de la nación y, a fortiori, a resolver sus conflictos mediante la utilización de los sistemas jurisdiccionales propios, con el respeto que merece la Constitución Nacional como límite de existencia.

(Países y Entidades que respetan los derechos básicos de las comunidades étnicas: Nicaragua no pudo vivir en paz mientras no fue posible sofocar el alzamiento de las comunidades Miskita, Sumus y Ramas de la Costa Atlántica, mediante el reconocimiento de su autonomía y el respeto de todos sus derechos adquiridos desde tiempos inmemoriales; el Perú reconoce la personería jurídica no solamente de los aborígenes Quechuas y Aymaras sino también a las comunidades campesinas y nativas; todos los derechos de los grupos étnicos son reconocidos por la OIT, y en fin, no hay organización defensora de los Derechos Humanos que no proclame la conservación de los grupos étnicos, cualquiera que ellos sean, mediante el respeto a los derechos básicos de que hemos hablado en anteriores páginas.

De manera pues, que vistos los antecedentes, nos vemos precisados a proponer a la Asamblea Nacional Constituyente la siguiente disposición, en defensa de los grupos étnicos colombianos, como un deber histórico ineludible:

**ARTICULO.- " SE RECONOCE LA JURISDICCION DE LAS AUTORIDADES
PROPIAS DE LOS GRUPOS ETNICOS NACIONALES, INDIGENAS NEGROS
Y RAIZALES, DENTRO DE SU AMBITO TERRITORIAL..**

LA LEY ESTABLECERA LA FORMA DE ARTICULACION CON EL SISTEMA
JUDICIAL DE LA NACION. SIN MENOSCABO DE SUS TRADICIONES Y
CULTURA, CON LA UNICA RESTRICCIÓN DEL RESPETO A LOS DERECHOS
HUMANOS.

CUANDO SE HAGA NECESARIA LA COMPARECENCIA DE PERSONAS DE LOS
GRUPOS ETNICOS ANTE AUTORIDADES DIFERENTES A LAS SUYAS, DEBERAN
SER ESCUCHADOS EN SU PROPIA LENGUA, Y ASISTIDAS POR UN INTERPRETE.

Articulado aprobado en la Comisión Cuarta:

Jueces de Paz

ARTICULO.- Los Jueces de Paz serán elegidos popularmente y resolverán en equidad y sin formalidades los conflictos individuales y comunitarios que determine la Ley”.

Jueces Indígenas

ARTICULO.- “ A los Grupos Etnicos Indígenas, se les reconocerá la jurisdicción integrada por sus autoridades que juzgarán conforme a sus tradiciones y costumbres, dentro de su ambito territorial.

La Ley establecerá los medios de articulación con la jurisdicción ordinaria".

Artículo sobre Jurisdicciones Etnicas propuesto exclusivamente por

Jaime Fajardo L. a la Plenaria:

ARTICULO.- "Se reconoce la jurisdicción de las autoridades de los Grupos

Etnicos nacionales, indígenas, negros y raizales, dentro de su ambito territorial.

La Ley establecerá la forma de articulación con el sistema judicial de la nación, sin menoscabo de sus tradiciones y cultura, con la única restricción del respeto a los derechos humanos.

Cuando se haga necesaria la comparecencia de personas de los grupos étnicos ante autoridades diferentes a las suyas, deberán ser escuchadas en su propia lengua, y asistidas por un intérprete.

De los señores Constituyentes,


JAIME A. FAJARDO LANDAETA

CONSTITUYENTE

MOVIMIENTO ESPERANZA PAZ Y LIBERTAD



GACETA CONSTITUCIONAL

Nº 114

Santa Fe de Bogotá, D. C. domingo 7 de julio de 1991

Edición de 36 Páginas

ASAMBLEA
NACIONAL
CONSTITUYENTE

¡Cumplimos!



Constitución 1991

ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE

HORACIO SERPA URIBE

Presidente

ANTONIO JOSE NAVARRO WOLFF

Presidente

ALVARO GOMEZ HURTADO

Presidente

JACOBO PEREZ ESCOBAR

Secretario General

FERNANDO GALVIS GAITAN

Relator

COMISION PRIMERA

Presidente: **JAIME ORTIZ HURTADO**

Vicepresidente: **FRANCISCO ROJAS BIRRY**

ABELLA ESQUIVEL	ORTIZ HURTADO JAIME
AIDA YOLANDA	PASTRANA BORRERO MISAEL
ARIAS LOPEZ JAIME	PATIÑO HORMAZA OTTY
CARRANZA CORONADO	RAMIREZ OCAMPO
MARIA MERCEDES	AUGUSTO
EMILIANI ROMAN RAIMUNDO	ROJAS BIRRY Y FRANCISCO
ESQUERRA PORTOCARRERO	SERPA URIBE HORACIO
JUAN CARLOS	TORO ZULUAGA JOSE GERMAN
LEYVA DURAN ALVARO	URIBE VARGAS DIEGO
MEJIA AGUDELO DARIO	ZALAMEA COSTA ALBERTO

COMISION SEGUNDA

Presidente: **JUAN GOMEZ MARTINEZ**

Vicepresidente: **LORENZO MUELAS HURTADO**

CASTRO JAIME	MUELAS HURTADO LORENZO
ESPINOSA FACIO-LINCE EDUARDO	PINEDA SALAZAR HECTOR
FALS BORDA ORLANDO ENRIQUE	RAMIREZ CARDONA AUGUSTO
FERNANDEZ RENOWITZKY	REYES REYES CORNELIO
JUAN B.	TRUJILLO GARCIA CARLOS
GIRALDO ANGEL CARLOS	HOLMES
FERNANDO	VERANO DE LA ROSA EDUARDO
GOMEZ MARTINEZ JUAN	ZAFRA ROLDAN GUSTAVO

COMISION TERCERA

Presidente: **ALFREDO VAZQUEZ CARRIZOSA**

Vicepresidente: **JOSE MATIAS ORTIZ SARMIENTO**

ECHEVERRY URUBURU ALVARO	PABON PABON ROSEMBERG
GALAN SARMIENTO ANTONIO	PALACIO RUDAS ALFONSO
HERRERA VERGARA HERNANDO	PLAZAS ALCID GUILLERMO
LLERAS DE LA FUENTE CARLOS	RODRIGUEZ CESPEDAS ABEL
MEJIA BORDA ARTURO	SANTAMARIA DAVILA MIGUEL
NAVARRO WOLFF ANTONIO JOSE	VAZQUEZ CARRIZOSA ALFREDO
NIETO ROA LUIS GUILLERMO	VILLA RODRIGUEZ FABIO
ORTIZ SARMIENTO	DE JESUS
JOSE MATIAS	YEPES ARCILA HERNANDO

COMISION CUARTA

Presidente: **FERNANDO CARRILLO FLOREZ**

Vicepresidente: **JAIME FAJARDO LANDAETA**

ABELLO ROCA CARLOS DANIEL	HOLGUIN ARMANDO
CARRILLO FLOREZ FERNANDO	LONDOÑO JIMENEZ HERNANDO
FAJARDO LANDAETA JAIME	SALGADO VASQUEZ JULIO
GARCES LLOREDA	SIMON
MARIA TERESA	VELASCO GUERRERO
GOMEZ HURTADO ALVARO	JOSE MARIA

COMISION QUINTA

Presidente: **RODRIGO LLOREDA CAICEDO**

Vicepresidente: **JAIME BENITEZ TOBON**

BENITEZ TOBON JAIME	MARULANDA VELEZ IVAN
CALA HEDERICH	MOLINA GIRALDO RAFAEL
ALVARO FEDERICO	IGNACIO
CUEVAS ROMERO TULIO	OSPINA HERNANDEZ MARIANO
GARZON ANGELINO	OSSA ESCOBAR CARLOS
GUERRERO FIGUEROA GUILLERMO	PEREZ GONZALEZ RUBIO JESUS
HERRAN DE MONTOYA HELENA	PERRY RUBIO GUILLERMO
HOYOS NARANJO OSCAR	RODADO NORIEGA CARLOS
LEMONS SIMMONDS CARLOS	ROJAS NIÑO GERMAN
LLOREDA CAICEDO RODRIGO	YEPES PARRA ANTONIO

¡Cumplimos!

La GACETA CONSTITUCIONAL ha sido testigo y participe privilegiado en las jornadas de trabajo vividas por los Delegatarios de la Asamblea Nacional Constituyente, en sus 145 días de deliberaciones.

A no dudarlo, estos cinco meses pasarán a la historia política nacional en el más sentido y valioso de sus marcos.

En una mirada retrospectiva, desde cuando el 9 de febrero el presidente César Gaviria instaló las deliberaciones de la Asamblea Nacional Constituyente hasta su clausura, el 4 de julio, ambas fechas en el año del Señor de 1991, me permito reseñar:

En las intensas jornadas de trabajo de las Comisiones Constitucionales, se dio cátedra de buen saber y conocimiento propio de veteranos legisladores. La composición de sus integrantes, heterogénea, multipartidista, multiétnica, multireligiosa, con ex-guerrilleros, hombres de armas y de montaña, asombró, primero, y regocijó después, al país. Todos juntos en Comisiones por la mañana y plenarias en la tarde. O comisiones, mañana y tarde, tres, cuatro días a la semana, y el resto, plenarias mañana y tarde. Jornadas de doce, quince o más horas de trabajo. Parecía como una clase de becados sobresalientes disputando conocimientos de la más variada índole.

Fue todo un espectáculo. De la Comisión Primera, donde cabían los Derechos, las Garantías, el Estatuto de la Oposición, a la Comisión Segunda, legislando sobre Ordenamiento Territorial, o a la Comisión Tercera, resolviendo los candentes temas de Congreso y Estado de Sitio, y pasar, en transición de conocimientos y proyectos, a la Comisión Cuarta, con prioridades en Administración de Justicia y Ministerio Público, para llegar, finalmente, a los difíciles asuntos Económicos y Ecológicos, abocados por la Comisión Quinta. Voces con todas las tonalidades ampliadas por la sonoridad de los parlantes que hacían hervir de ebullición el Centro de Convenciones "Gonzalo Jiménez de Quesada", donde un ejército de asesores, auxiliares, estudiantes, secretarías y pasantes, recorrían incesantemente una y otra Comisión, con notas, con textos, con mensajes. Así comenzaba y terminaba la semana. Una y detrás la siguiente, más rica en trabajo, en intervenciones, en conocimientos, en oratoria.

Así se fueron cociendo más de 140 Proyectos de Actos Reformativos de la Constitución, con temas como Derechos del Campesino, Derecho de Tutela, Planeación para Colombia, Atención a Disminuidos, Crédito, Vivienda, Comercio Exterior, Régimen de Aduanas, Administración de Justicia, Consejo Superior de la Judicatura, Banca Central, Derechos de la Familia, El Niño, la Mujer y la Tercera Edad, Educación y Cultura, Pueblos Indígenas y Grupos Étnicos, los Departamentos, los Municipios, Servicios Públicos, la Región, el Congreso, el Servidor Público, el Fiscal General, la Corte Constitucional, etc, etc. Tema que no abocaron los Constituyentes fue porque estaba en letra china, es decir, muerto para nosotros.

Las sesiones plenarias que prendieron motores cuando las cinco Comisiones terminaron su labor, fueron un deleite para todos empezando por los propios Delegatarios. Se hizo un trabajo concluyente, hilvanado, con altura y responsabilidad. Claro que la adrenalina se subió en muchos casos: pero era esa adrenalina compuesta que hace circular mejor el torrente sanguíneo mostrando su lado amable, benévolo y sobre todo, positivo.

Y eso fue bueno. Era tan evidente el deseo de acertar, de hacer bien las cosas, que en el ambiente flotaba un aire de positividad inconfundible, rodeando por igual a Delegatarios y público. No hubo caras discolas y despacibles aun en los momentos de mayor tensión que fueron muy pocos y de escasa duración. Nunca dudamos ni por un instante en todo este proceso, del éxito final de la Constituyente sabiendo como sabíamos, que día a día crecía el volumen y la calidad de nuestra Carta Magna.

Cumplimos, pues, de hecho y de derecho. Cumplieron con Aclamado, los Delegatarios, el Gobierno, los Estudiantes y el pueblo colombiano. Incluso cumplirán sus detractores porque el acatar, (la Constitución), también es cumplimiento.

El cumplimiento es un deber que se hace por obligación y necesidad. Cuando a él se le agrega entusiasmo y entrega, es un cumplimiento calificado como creemos, fue el de la GACETA CONSTITUCIONAL para estar al nivel de sus protagonistas. Siempre como se dice en volandas porque aquí el factor tiempo apremió como a ninguno, la GACETA imprimió en este lapso de tiempo, más de tres mil páginas tipográficas que representaron cerca de veinte mil cuartillas mecanografiadas con el pensamiento del hombre y de la mujer colombianos. Ese Pensamiento y esa Voluntad, que hoy están consignadas, para bien de la Patria, en la Constitución de Gaviria y de su Pueblo. Todos cumplimos.

— EDGAR MONCAYO

Constitución empezará a contarse a partir del 1° de octubre de 1994.

ARTICULO TRANSITORIO 34. El Presidente de la República, en un plazo no mayor de ocho días hábiles contados a partir de la promulgación de esta Constitución, designará, por un periodo de tres años un ciudadano que tendrá la función de impedir de oficio, o a petición de parte, el uso de recursos originalmente provenientes del tesoro público, o del exterior, en las campañas electorales que se efectúen en el término indicado, exceptuando la financiación de las campañas electorales conforme a la Constitución o la ley. Para este efecto tendrá derecho a pedir y a obtener la colaboración de la Procuraduría General de la Nación, de la Contraloría General de la República, de todas las entidades públicas que ejerzan atribuciones de control y vigilancia y de los organismos que ejerzan funciones de policía judicial.

El Presidente de la República reglamentará esta norma y le prestará al ciudadano designado todo el apoyo administrativo y financiero que le fuere indispensable.

ARTICULO TRANSITORIO 35. El Consejo Nacional Electoral reconocerá automáticamente personería jurídica a los partidos y movimientos políticos representados en la Asamblea Nacional Constituyente que se lo soliciten.

CAPITULO 5

ARTICULO TRANSITORIO 36. Los actuales Contralor General de la República y Procurador General de la Nación continuarán en el ejercicio de sus cargos, hasta tanto el Congreso elegido para el periodo constitucional de 1994-1998, realice la nueva elección, la que deberá hacer dentro de los primeros treinta días siguientes a su instalación.

ARTICULO TRANSITORIO 37. El primer Defensor del Pueblo será elegido por el Procurador General de la Nación, de terna enviada por el Presidente de la República, en un plazo no mayor de treinta días.

CAPITULO 6

ARTICULO TRANSITORIO 38. El Gobierno organizará e integrará, en el término de seis meses, una Comisión de Ordenamiento Territorial, encargada de realizar los estudios y formular ante las autoridades competentes las recomendaciones que considere del caso para acomodar la división territorial del país a las disposiciones de la Constitución. La Comisión cumplirá sus funciones durante un periodo de tres años, pero la ley podrá darle carácter permanente. En este caso, la misma ley fijará la periodicidad con la cual presentará sus propuestas.

ARTICULO TRANSITORIO 39. Revístese al Presidente de la República de precisas facultades extraordinarias, por un término de tres meses, para expedir decretos con fuerza de ley mediante los cuales se asegure la debida organización y el funcionamiento de los nuevos departamentos erigidos como tales en la Constitución.

En ejercicio de estas facultades el Gobierno podrá suprimir las instituciones nacionales encargadas de la administración de las antiguas intendencias y comisarias y asignar a las entidades territoriales los bienes nacionales que a juicio del Gobierno deban pertenecerles.

ARTICULO TRANSITORIO 40. Son válidas las creaciones de municipios hechas por las Asambleas Departamentales antes del 31 de diciembre de 1990.

ARTICULO TRANSITORIO 41. Si durante los dos años siguientes a la fecha de promulgación de esta Constitución, el Congreso no dicta la ley a que se refieren los artículos 322, 323 y 324, sobre régimen especial para el Distrito Capital de Santa Fe de Bogotá, el Gobierno, por una sola vez expedirá las normas correspondientes.

ARTICULO TRANSITORIO 42. Mientras el Congreso expide las leyes de que trata el artículo 310 de la Constitución, el Gobierno adoptará por decreto, las reglamentaciones necesarias para controlar la densidad de población del Departamento Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, en procura de los fines expresados en el mismo artículo.

CAPITULO 7

ARTICULO TRANSITORIO 43. Para financiar el funcionamiento de las nuevas instituciones y atender las obligaciones derivadas de la reforma constitucional que no hayan sido compensadas por disminución de gastos o traslados de responsabilidades, el Congreso podrá, por una sola vez, disponer ajustes tributarios cuyo producto se destine exclusivamente a la Nación.

Si en un plazo de dieciocho meses, contado a partir de la instalación del Congreso, éste no ha efectuado tales ajustes fiscales y es evidente que los esfuerzos de la administración para hacer más eficiente el recaudo y para disminuir el gasto público a nivel nacional no han sido suficientes para cubrir los nuevos gastos, el Gobierno Nacional podrá, por una sola vez, mediante decreto con fuerza de ley, realizar dichos ajustes.

ARTICULO TRANSITORIO 44. El situado fiscal para el año de 1992 no será inferior al de 1991 en pesos constantes.

ARTICULO TRANSITORIO 45. Los distritos y municipios percibirán como mínimo, durante la vigencia fiscal de 1992, las participaciones en el impuesto al valor agregado IVA establecidas en la ley 12 de 1986. A

partir de 1993 entrará a regir lo dispuesto en el artículo 357 de la Constitución, sobre participación de los municipios en los ingresos corrientes de la Nación.

La ley, sin embargo, establecerá un régimen gradual y progresivo de transición a partir de 1993 y por un periodo de tres años, al cabo del cual entrarán en vigencia los nuevos criterios de distribución señalados en el citado artículo. Durante el periodo de transición el valor que reciban los distritos y municipios por concepto de participaciones no será inferior, en ningún caso, al percibido en 1992, en pesos constantes.

ARTICULO TRANSITORIO 46. El Gobierno Nacional pondrá en funcionamiento, por un periodo de cinco años, un fondo de solidaridad y emergencia social, adscrito a la Presidencia de la República. Este fondo financiará proyectos de apoyo a los sectores más vulnerables de la población colombiana.

El fondo deberá buscar, además, recursos de cooperación nacional e internacional.

ARTICULO TRANSITORIO 47. La ley organizará para las zonas afectadas por aguda violencia, un plan de seguridad social de emergencia, que cubrirá un periodo de tres años.

ARTICULO TRANSITORIO 48. Dentro de los tres meses siguientes a la instalación del Congreso de la República el Gobierno presentará los proyectos de ley relativos al régimen jurídico de los servicios públicos; a la fijación de competencias y criterios generales que regirán la prestación de los servicios públicos domiciliarios, así como su financiamiento y régimen tarifario; al régimen de participación de los representantes de los municipios atendidos y de los usuarios en la gestión y fiscalización de las empresas estatales que presten los servicios, así como los relativos a la protección, deberes y derechos de aquellos y al señalamiento de las políticas generales de administración y control de eficiencia de los servicios públicos domiciliarios.

Si al término de las dos siguientes legislaturas no se expidieren las leyes correspondientes, el Presidente de la República pondrá en vigencia los proyectos mediante decretos con fuerza de ley.

ARTICULO TRANSITORIO 49. En la primera legislatura posterior a la entrada en vigencia de esta Constitución, el Gobierno presentará al Congreso los proyectos de ley de que tratan los artículos 150 numeral 19 literal d, 189 numeral 24 y 335, relacionados con las actividades financiera, bursátil, aseguradora y cualquier otra relacionada con el manejo, aprovechamiento e inversión de recursos captados del público. Si al término de las dos legislaturas ordinarias siguientes, este último no los expide, el Presidente de la República pondrá en vigencia los proyectos, mediante decretos con fuerza de ley.

ARTICULO TRANSITORIO 50. Mientras se dictan las normas generales a las cuales debe sujetarse el Gobierno para regular la actividad financiera, bursátil, aseguradora y cualquier otra relacionada con el manejo, aprovechamiento e inversión de los recursos captados del público, el Presidente de la República ejercerá, como atribución constitucional propia, la intervención en estas actividades.

ARTICULO TRANSITORIO 51. Mientras se dicten las leyes correspondientes, la nueva junta del Banco de la República que nombrará provisionalmente el Presidente dentro del mes siguiente a la entrada en vigencia de esta Constitución, asumirá las funciones que actualmente corresponden a la Junta Monetaria, las cuales cumplirá conforme a lo previsto en la Constitución.

La ley determinará las entidades a las cuales se trasladen los fondos de fomento administrados por el Banco, el cual, entre tanto, continuará cumpliendo esta función.

El Gobierno presentará al Congreso, al mes siguiente de su instalación, el proyecto de ley relativo al ejercicio de las funciones del Banco y a las normas con sujeción a las cuales el Gobierno expedirá sus estatutos de conformidad con el artículo 372 de la Constitución.

ARTICULO TRANSITORIO 52. A partir de la entrada en vigencia de esta Constitución, la Comisión Nacional de Valores tendrá el carácter de Superintendencia. El Gobierno Nacional dispondrá lo necesario para la adecuación de dicha institución a su nueva naturaleza, sin perjuicio de lo que al respecto podrá disponer el Gobierno en desarrollo de lo establecido en el artículo transitorio 20.

ARTICULO TRANSITORIO 53. El Gobierno tomará las decisiones administrativas y hará los traslados presupuestales que fueren necesarios para asegurar el normal funcionamiento de la Corte Constitucional.

CAPITULO 8

ARTICULO TRANSITORIO 54. Adóptanse, para todos los efectos constitucionales y legales, los resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda realizado el 15 de octubre de 1985.

ARTICULO TRANSITORIO 55. Dentro de los dos años siguientes a la entrada en vigencia de la presente Constitución, el Congreso expedirá, previo estudio por parte de una comisión especial que el Gobierno creará para tal efecto, una ley que les reconozca a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva sobre las áreas que habrá de demarcar la misma ley.

En la comisión especial de que trata el inciso anterior tendrán partici-

pación en cada caso representantes elegidos por las comunidades involucradas.

La propiedad así reconocida sólo será enajenable en los términos que señale la ley.

La misma ley establecerá mecanismos para la protección de la identidad cultural y los derechos de estas comunidades, y para el fomento de su desarrollo económico y social.

PARAGRAFO 1. Lo dispuesto en el presente artículo podrá aplicarse a otras zonas del país que presenten similares condiciones, por el mismo procedimiento y previos estudio y concepto favorable de la comisión especial aquí prevista.

PARAGRAFO 2. Si al vencimiento del término señalado en este artículo el Congreso no hubiere expedido la ley a la que el se refiere, el Gobierno procederá a hacerlo dentro de los seis meses siguientes, mediante norma con fuerza de ley.

ARTICULO TRANSITORIO 56. Mientras se expide la ley a que se refiere el artículo 329, el Gobierno podrá dictar las normas fiscales

necesarias y las demás relativas al funcionamiento de los territorios indígenas y su coordinación con las demás entidades territoriales.

ARTICULO TRANSITORIO 57. El Gobierno formará una comisión integrada por representantes del Gobierno, los sindicatos, los gremios económicos, los movimientos políticos y sociales, los campesinos y los trabajadores informales, para que en un plazo de ciento ochenta días a partir de la entrada en vigencia de esta Constitución, elabore una propuesta que desarrolle las normas sobre seguridad social.

Esta propuesta servirá de base al Gobierno para la preparación de los proyectos de ley que sobre la materia deberá presentar a consideración del Congreso.

ARTICULO TRANSITORIO 58. Autorízase al Gobierno Nacional para ratificar los tratados o convenios celebrados que hubiesen sido aprobados, al menos, por una de las Cámaras del Congreso de la República.

ARTICULO TRANSITORIO 59. La presente Constitución y los demás actos promulgados por esta Asamblea Constituyente no están sujetos a control jurisdiccional alguno.



Bogotá, julio 6 de 1991

Señor
EDGAR MONCAYO
Coordinador de la Gaceta Constitucional
E.S.D.

Como Secretario General de la Asamblea Nacional Constituyente durante el periodo reglamentario, entrego a usted una copia de la Constitución Política de Colombia de 1991, para que proceda a publicarla en la Gaceta Constitucional.

Atentamente,
JACOBO PEREZ ESCOBAR, Secretario General.

NOTA: Durante cuarenta horas casi ininterrumpidas, la última Comisión Revisora del articulado de la Constitución de Colombia, laboró incesantemente en un salón del Hotel Tequendama. Sus miembros, los Constituyentes, **María Teresa Garcés Lloreda y Bernardo Yepes Arcila**, el Secretario General de la Asamblea **Jacobo Pérez Escobar**, el Viceministro de Gobierno **Andrés González**, los Asesores de Secretaría **Jairo Bonilla y Guillermo Cardona**, los Periodistas al servicio de la Asamblea **Mario Ramírez A. y José Joaquín Quiroga**, sus Secretarías y todo un personal de apoyo, hacen posible la publicación de esta versión oficial corregida. También hay que destacar el trabajo permanente del Centro de Cómputo de la Presidencia de la República, así como de la Coordinadora Ejecutiva de la Presidencia de la Asamblea doctora Helena Silva.